



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 16ª
(DÉCIMA SEXTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DEBATER A EMISSÃO DE ALVARÁS NO DISTRITO FEDERAL
de 10 de MARÇO DE 2011.**

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 60, de 01/04/2011,
juntamente com a ata sucinta da 16ª Sessão Ordinária.)

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Em razão da aprovação do Requerimento nº 124, de 2011, de autoria do Exmo. Sr. Deputado Chico Vigilante, a presente sessão ordinária transforma-se em comissão geral para discutir a emissão de alvarás no Distrito Federal.

Neste momento, a Presidência transfere esta comissão geral para o auditório desta Câmara e convida todos os Deputados e funcionários presentes a participarem do evento.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h04min, a sessão é reaberta às 15h31min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Boa tarde a todas e a todos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Ao dar as boas-vindas a todos os presentes, tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta comissão geral, destinada a discutir a emissão de alvarás no Distrito Federal.

Convido a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. Secretário de Estado de Governo do Distrito Federal, Deputado Paulo Tadeu; o Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Educação e Saúde da Câmara Legislativa, Deputado Washington Mesquita; a Exma. Sra. Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Deputada Luzia de Paula; o Exmo. Sr. Líder do Governo desta Casa de Leis, Deputado Wasny de Roure; o Exmo. Sr. Deputado Distrital Olair Francisco; o Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, José Moacir de Sousa Vieira; o Sr. Secretário de Estado do Entorno do Distrito Federal, Renato Andrade dos Santos; o Sr. Secretário de Estado da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte do Distrito Federal, Dirsomar Ferreira Chaves; o Sr. Secretário de Conselho de Governo do Distrito Federal, Roberto Wagner; o Sr. Procurador-Geral Adjunto da Procuradoria Geral do Distrito Federal, Dr. Leandro Zannoni; e a Sra. Presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, Danielle Bastos Moreira.

Eu não sei se o Presidente da Fibra já chegou. Acho que ele está a caminho. Assim que o Presidente da Fibra e o Presidente da Fecomércio chegarem, nós os convidaremos a tomar assento.

Quero registrar a presença do Deputado Chico Leite e do Deputado Joe Valle. Deputados, considerem-se fazendo parte da nossa Mesa. Quero dizer que este quadro aqui retrata os 3 Deputados que fizeram o requerimento, mas todos vocês fazem parte desta comissão geral.

Antes de começarmos a discutir esse assunto, eu gostaria de registrar, com destaque, a presença do nosso querido ex-governador do Distrito Federal e ex-Deputado desta Casa, José Ornellas, representando a Fecomércio.

Nós fizemos um histórico, integrantes da Mesa, Deputado Paulo Tadeu, que faço questão de ler, para mostrar o quanto esse assunto é difícil. Precisamos encontrar efetivamente uma solução sustentável juridicamente e duradoura para dar tranquilidade aos empreendedores do Distrito Federal.

Alvará de funcionamento no Distrito Federal. A concessão de alvarás de funcionamento no Distrito Federal é uma questão que se arrasta há mais de uma década sem solução definitiva, o que gera todo tipo de transtorno não só para donos de estabelecimentos comerciais, escolares e de serviços, como, por exemplo, as



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

creches, mas também para dezenas de milhares de pessoas que trabalham nesses locais e para a comunidade.

Em um período de 15 anos, Deputado Wasny de Roure, Deputado Washington Mesquita, já tivemos 4 leis sobre esse assunto.

A Lei nº 1.171, de 24 de junho de 1996, que dispõe sobre o alvará de funcionamento para estabelecimentos comerciais, industriais e institucionais e dá outras providências, foi revogada. Essa lei foi a primeira tentativa de contornar os obstáculos que impediam o normal desempenho de atividades econômicas em determinadas áreas, mediante a criação de alvará de funcionamento a título precário, mas foi alvo de questionamento judiciário.

A Lei nº 4.151, de 2008, que dispõe sobre o licenciamento para o exercício de atividades econômicas no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências, foi declarada inconstitucional através de Adin do Tribunal de Justiça.

A Lei nº 4.201, de 2 de setembro de 2008, que dispõe sobre o licenciamento para o exercício de atividades econômicas e sem fins lucrativos no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências, foi revogada.

A Lei nº 4.457, de 23 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o licenciamento para funcionamento de atividades econômicas e atividades sem fins lucrativos no âmbito do Distrito Federal, em vigor, criou, em substituição ao alvará, a licença de funcionamento que dispensa a apresentação da carta de Habite-se para a obtenção do licenciamento, substituindo-a pelo atestado de conclusão de obra. Além disso, autoriza o Governador a conceder licença em caso específico, mediante procedimento simplificado. Essa é mais uma lei que não deverá resistir ao crivo do Ministério Público e do Poder Judiciário, que já suspendeu liminarmente vários dispositivos do diploma legal.

A Lei nº 4.201, de 2008, diz em seu art. 10 que será expedido Alvará de Localização e Funcionamento de Transição nos seguintes casos, e depois cita os casos. Há o Decreto nº 29.566, de 2008.

Temos um problema, Deputado Chico Leite, que precisamos verificar porque a Lei Orgânica do Distrito Federal propõe que se faça urgentemente a lei de uso e ocupação do solo, conforme prevê seu art. nº 318, §§ 1º, 2º e 3º.

O art. 318 diz: "Os Planos de Desenvolvimento Local e a Lei de Uso e Ocupação do Solo, complementares ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal, são partes integrantes do processo contínuo de planejamento urbano."

O Projeto de Lei nº 155, de 2011, que acaba de chegar a esta Casa, deflagrará o processo, mas não poderá ser a única norma a tratar do tema, sob pena de, mais uma vez, sucumbir aos ditames de leis superiores, de ter a validade jurídica negada. Nós temos certeza de que desta vez nós vamos chegar a uma conclusão, a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

uma lei que possa dar tranquilidade aos empresários do Distrito Federal, para que possam trabalhar. É disso que nós precisamos.

Inclusive, há pouco eu dizia à imprensa, Deputado Paulo Tadeu, que fico imaginando a agonia de homens e mulheres que abrem um estabelecimento, muitas vezes conseguem autorização para o funcionamento através de alvará expedido pelas autoridades, e depois, ao voltar para a renovação, dizem que não pode mais ser renovado. Além de você ter de enfrentar todo tipo de dificuldade, com as taxas de juros altíssimas praticadas no Brasil, a dificuldade de se conseguir um financiamento para o negócio, ainda tem de ficar o tempo todo imaginando em que hora o pessoal da Agefis vai chegar para fechar o estabelecimento comercial.

Quer dizer, é um drama! E me parece que esse drama só acontece no Distrito Federal. Eu tenho andado por aí e tenho visto o que ocorre em outros estados. Até me lembro, Deputado Olair Francisco, de uma propaganda que era feita pelo Governo do Estado do Tocantins quando eles queriam, Deputado Wasny de Roure, que o Tocantins se tornasse viável. Ela dizia: "Venham para o Tocantins que aqui é o Estado da iniciativa privada".

Aqui no Distrito Federal, nós temos de ter em mente, Deputado e ex-Governador José Ornellas, que acabamos com a história do Distrito Federal só dos palácios e do servidor público. O Estado não tem mais capacidade empregatícia de absorver toda a mão de obra no Distrito Federal. Portanto, nós precisamos chegar a um entendimento. O Ministério Público, a Agefis e o Poder Judiciário do Distrito Federal precisam compreender – tudo bem que a União financia esses órgãos – que é fundamental termos aqui o desenvolvimento da iniciativa privada, porque, sem dúvida, a iniciativa privada é a maior empregadora do Distrito Federal, especialmente no pequeno negócio do Distrito Federal. Esses pequenos negócios são constituídos por empresas, muitas vezes familiares, que quando se libertam um pouquinho das amarras da burocracia, geram 3, 4 ou 5 empregos. São essas pessoas que estão garantindo a sobrevivência econômica do Distrito Federal.

Portanto, nós precisamos, esta Câmara Legislativa, em conjunto com o Poder Executivo, chegar a um entendimento, Deputado Paulo Tadeu, para termos uma legislação que dê sustentação e garantia ao trabalho dessas pessoas que só querem continuar produzindo e gerando emprego no Distrito Federal.

Cada vez que se faz uma campanha eleitoral, eu nunca vi ninguém dizendo: "Eu vou ser eleito para ajudar a fechar estabelecimento comercial". Nunca vi um deputado dizendo: "Eu quero o voto de vocês! Ajudem-me porque eu preciso ajudar a paralisar o negócio de vocês". Todo mundo diz: "Nós queremos o apoio de vocês para que a gente possa fazer com que o Distrito Federal cresça e gere mais e mais ocupação".

Eu acho que esta Comissão Geral de hoje nos levará a darmos as mãos e nos permitirá encontrar uma solução para esse grave problema ainda neste primeiro



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

semestre. É fundamental que a gente possa encontrar essa solução para dar efetivamente tranquilidade a esses homens e mulheres que se deslocaram hoje das mais variadas regiões do Distrito Federal. Estão aqui representantes de classe. Vejo mais de uma dezena de presidentes de associações comerciais, vejo os representantes da Fibra, da Fecomércio, enfim, de todas as entidades que querem efetivamente uma solução para esse problema, que é grave.

Nós, Deputados e autoridades governamentais, temos de encontrar uma solução para esse problema, que eu diria ser o mais grave problema vigente no Distrito Federal. Alguns dizem que o problema mais grave é a questão do transporte, outros falam que é a questão da saúde. Mas eu diria que o mais grave é o citado acima, porque sem emprego ninguém vive, sem emprego não tem como uma cidade se desenvolver. Eu já vi cidade sem hospital, mas uma cidade não sobrevive sem desenvolvimento econômico.

Veja que agora até no Iraque há estabelecimento comercial funcionando. Até na Líbia do Kadafi, verificamos nas matérias de televisão, ainda existem mercados funcionando, e estão em guerra! Portanto, não é no Distrito Federal que nós vamos permitir o fechamento dos estabelecimentos comerciais.

Ditas essas palavras iniciais, eu quero registrar a presença do Deputado Benedito Domingos, empresário; da Deputada Rejane Pitanga, professora; do Deputado Israel Batista, professor; do Deputado Chico Leite; do Deputado Joe Valle, empreendedor, proprietário da Fazenda Malunga; da Deputada Eliana Pedrosa, empreendedora.

Passo a palavra inicialmente aos Srs. Deputados. Proponho cumprir o Regimento, que estabelece 5 minutos para cada Parlamentar. Em seguida, queremos ouvir as autoridades – é muito importante ouvi-las aqui hoje – e os mais interessados neste assunto, os homens e mulheres empreendedores do Distrito Federal.

Eu quero dizer, Deputado Paulo Tadeu, que a sua vinda aqui como Secretário de Governo demonstra efetivamente o compromisso, a responsabilidade e a vontade do Governo do Distrito Federal em resolver esse problema. Fiz questão de convidá-lo pessoalmente, não que o Chico Machado não o representasse aqui muito bem. Fiz questão de que o Secretário estivesse aqui para ouvir, para apresentar suas impressões e para falar sobre o compromisso do Governo do Distrito Federal de efetivamente resolver esse problema com os demais Secretários. Essa talvez seja a comissão geral mais concorrida em termos de autoridades e Deputados aqui na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Boa tarde a todos. Eu gostaria de cumprimentá-los em nome do Deputado Chico Vigilante, da Deputada Rejane Pitanga e do nosso Líder, Deputado Wasny de Roure, autor desta comissão geral. Eu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

gostaria de cumprimentar a todos. Não me alongarei muito porque temos que ir de fato ao que é necessário.

Neste momento, eu quero usar a tribuna não como Deputado, mas como empresário. Empresário que em 1993 conseguiu o seu primeiro CGC, a primeira inscrição. E quando você consegue o seu primeiro CGC, a sua primeira inscrição, você começa a ser legal, você começa a gerar emprego e renda. Era uma empresa pequena. Era uma empresa que tinha o seu fundador, o Olair, e mais dois funcionários. Era Olair Calçados, próximo ao supermercado Tatico, na Ceilândia. De lá para cá fomos crescendo, trabalhando e trabalhando.

O que nós entendemos ser peça fundamental para o alvará, para a empresa funcionar? Nós entendemos, meu caro Secretário de Governo – e aí eu acho que tem a boa vontade do Governo de construir uma saída juntamente com todos, tanto é que contamos com a presença de V.Exa. aqui –, que quando uma empresa tira a sua inscrição, ela está habilitada a funcionar. E não é justo termos em todas as cidades de Brasília essa dificuldade hoje de legalização comercial!

O Ministério Público tem que entender que a classe que será mais penalizada é a classe dos pequenos, é a classe de quem tem 2, 3, 4 empregos, é a classe dos empresários de empresas familiares, de empresas em que trabalha o cidadão, a esposa e o filho, da pequena empresa que cuida de 6 a 8 pessoas da família. Onde recolocaremos essa massa trabalhadora? Podemos ir por um caminho de mais de 100 mil desempregados no Distrito Federal. Fala-se que quando há fiscalização, se transfere a dificuldade para a Agefis. Fala-se que a Agefis dificulta, etc. Não é a Agefis que dificulta, a lei é que é errada.

Portanto, precisamos encontrar aqui uma saída adequada, para que Brasília funcione legalmente. Há muitas coisas dentro de Brasília que precisam ser enfrentadas com pulso. Fala-se muito na empresa que tem dois empregos, uma empresa que fatura 5 ou até 6 mil reais por mês, em algum lugar do Distrito Federal. Um boteco, por exemplo. Estamos fechando os olhos. Enquanto a Feira do Paraguai fatura mais de meio bilhão por mês, pensamos que está tudo bem porque o cidadão paga um tiquetezinho de 60 a 70 reais por mês. Temos que enfrentar todas essas dificuldades. Estamos aqui para isso.

Entendo que esta comissão geral, hoje, começa em um grande momento desta Casa. Começamos o nosso mandato nesta nova Casa em janeiro e já enfrentamos problemas com muitas dificuldades, mas enfrentamos todos eles de frente. Tivemos também a comissão geral que tratou dos problemas dos albergues, que foi de suma importância, e hoje realizamos esta comissão para tratar dos assuntos que mais afligem quem tem CGC e inscrição dentro do Distrito Federal.

É preciso que encontremos um caminho para o diálogo, uma parceria entre a Agefis, as empresas e as administrações, para encontrarmos também um caminho



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

de tranquilidade e um caminho para tudo o que seja correto. Quero dizer que estamos todos de parabéns por estarmos enfrentando todas essas dificuldades.

Sr. Presidente, como estamos na Câmara Legislativa, eu gostaria de registrar que, neste carnaval, tivemos uma notícia muito triste em relação a um funcionário do Detran. Não sou funcionário do Detran, mas creio que todos precisamos ter aqui a sabatina da defesa dos membros que trabalham no Detran do Distrito Federal, porque trata-se de um órgão de muito respeito. Há pessoas trabalhadoras lá, e não é um fato isolado, de um cidadão, que irá colocar uma instituição tão séria como o Detran em matérias de jornais. Deixo registrado que fatos como esse do Detran não é o que acontece dentro do Distrito Federal. Tanto a Polícia Militar, quanto a Polícia Civil e o Detran são órgãos de que temos grande orgulho.

Eu, como Parlamentar, sei que este não é o momento adequado para falar nesse assunto, pois estamos realizando uma comissão geral que trata de outro tema, mas abro essa brecha para defender as pessoas que tão bem nos representam no Detran.

Quero dizer que o Deputado Chico Vigilante, a Deputada Rejane Pitanga e o nosso Líder, Deputado Wasny de Roure, estão de parabéns por trazerem um tema tão importante para esta Casa, que é a questão dos alvarás, para a qual, com certeza, vamos encontrar uma saída. A saída é a empresa aberta. Essa é sempre a melhor opção para o Distrito Federal, pois representa mais imposto, mais renda e mais emprego.

Há 3 coisas importantes. Precisamos mudar o sonho do povo do Distrito Federal. A maioria dos jovens do Distrito Federal sonha em ser servidor público. Precisamos pôr na cabeça dos jovens que eles precisam ser empreendedores, geradores de riquezas, de empregos e de renda. E é para isso que esta Câmara Legislativa está aqui, enfrentando um problema muito sério, que é a questão do emprego, que é a questão da porta aberta. Queremos empregos, queremos renda e segurança. O emprego está na iniciativa privada.

Vocês estão de parabéns! Eu estou à disposição.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Deputado Olair Francisco.

Concedo a palavra ao Líder do Governo, Deputado Wasny de Roure, e em seguida aos Deputados Chico Leite, Washington Mesquita, Joe Valle e Eliana Pedrosa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Boa tarde a todos que acolheram esta Casa. Cumprimento a Mesa na pessoa do Deputado Chico Vigilante, os Srs. Secretários presentes, os colegas Parlamentares, os administradores.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Em primeiro lugar, Deputado Chico Vigilante, esta comissão geral é o reflexo da sintonia desta Casa com um problema extremamente grave como esse que estamos vivenciando. Acompanho esse debate há alguns anos. Comecei a acompanhá-lo quando Joaquim Roriz ainda era o governador e debatíamos a temática da regularização dos alvarás dos vendedores de gás de cozinha na cidade de Samambaia. Começamos a observar que o tratamento era diferenciado, na medida em que havia propina: alguns tinham e outros resistiam em ter um alvará permanente. Isso foi trazendo uma angústia grande para aqueles que queriam trabalhar de maneira consequente e séria. Isso foi perpassando, havia um problema no Plano Diretor Local de Samambaia e, a partir daí, assistimos, mais recentemente, no ano passado, ao posicionamento do Ministério Público.

Sou daqueles que tem absoluta lucidez da importância do Ministério para todos nós. Não há sociedade democrática sem um Ministério Público forte. Agora, também não podemos nos silenciar quando se perdura o problema, a cidade entra em uma crise política, tudo de mal vem à tona e paralisa a cidade. Foi isso o que de fato aconteceu, em um momento de angústia da cidade Em função das inúmeras denúncias, passamos a conviver com o fechamento de comércios, de serviços, alguns – é bem verdade – situados em locais residenciais. Essa atitude generalizada se tornou, absolutamente, um prejuízo para a cidade, em todos os sentidos, não apenas para a geração de emprego, não apenas para o comércio que fechou, não apenas para aquele que investiu e não conseguiu ter retorno. Foi uma absoluta situação de caos que se estabeleceu em Brasília nas atividades de comércio e serviços. Por isso, reportar-se a esse conjunto de leis e decretos que não prosperaram, a despeito da intenção, é uma coisa que nos preocupa para com o que vier.

O meu entendimento é que essa matéria não pode ser tratada em uma relação absoluta, aqui na Câmara Legislativa. Essa matéria deve ser enfrentada com diálogo, parceria, cumplicidade, responsabilidade, com o Ministério Público, o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas, para que cada um pague a sua conta no processo e para que, amanhã, não votemos uma lei inconsequente e recebamos inúmeros pejorativos.

Deputado Chico Vigilante e Deputado Chico Leite, hoje nosso Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, parece que esta Casa é uma grande produtora de leis inconstitucionais Esta Casa tem perpassado muitos e muitos cenários. Já fui Parlamentar aqui, em outras legislaturas, e observei que algumas das minhas iniciativas foram alvo de inconstitucionalidade. Em outras, o Governo tentou declarar a inconstitucionalidade, como foi o caso do IPTU das quitinetes e dos semáforos em áreas de velocidade, e perdeu. E aí, também não encontramos o mesmo respaldo, na mídia, para reconhecer e valorizar aquilo que a sociedade conseguiu conquistar a partir desta Casa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Portanto, Srs. Deputados, empresários presentes, sociedade civil organizada, senhores agentes do Poder Público, a nossa palavra deve ser de enfrentamento, para encontrar uma solução permanente, a fim de que a cidade não seja achacada, intimidada e constrangida a cada período que se levanta. Por isso, queremos votar, mas queremos votar algo representativo na sociedade civil organizada, como também é de entendimento do Ministério Público, do Tribunal de Contas, do Tribunal de Justiça e da própria Procuradoria do Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Quero registrar a presença dos seguintes convidados: Francisco Evando Ximenes, Presidente da Associação Comercial de Planaltina; Sandro Vieira, do gabinete da Deputada Celina Leão; Gesiel Miguel, Administrador do Itapoã; Prof. Raimundo Rocha Braga, presidente em exercício da Associação Comercial do SCIA-Estrutural; Luciene Rocha, do Setorial de Mulheres do PT; Fábio Fuzeira, arquiteto, do gabinete do Deputado Rôney Nemer; Pablo Alcides, Supervisor de Vistoria do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, peço permissão a V.Exa. para saudar a Mesa nas pessoas das duas mulheres que ocupam os espaços: a Deputada Luzia de Paula e a Presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, Dra. Danielle Bastos.

Quero saudar empresários e empresárias, empreendedores e empreendedoras. Acho que o primeiro passo é que todas vocês e todos vocês se sintam à vontade nesta Casa. Vamos debater o tema de maneira lídima, de maneira corajosa, mas de maneira responsável, sem proselitismos, sem falsas expectativas, sem politicagens baratas. O segundo é saber que esse Governo — e as presenças dos Secretários Paulo Tadeu e Moacir têm um significado — quer resolver o assunto. Esse é um Governo que se pauta pela ética, mas que vai adiante. A ética é necessária, mas é fundamental o trabalho, a alternativa efetiva para a vida das pessoas. É um Governo que se pauta assim: se não puder ser solução, se não puder ser alternativa, se não puder ser saída para os problemas das pessoas, eu não quero ser mais nada. Eu não serei um problema, eu não serei uma pedra no caminho. Essa é a consciência do Governo. E o Secretário Paulo Tadeu significa isso.

Na realidade, o que vivenciamos todos esses anos — quero bater um papo de pé de orelha, eu aqui liderado pelo Secretário Paulo Tadeu — é a chamada síndrome do cabrito. Lembra? Parece uma brincadeira. O problema parava no colo do Governo. O Governo, o Secretário Roberto Wagner, jogava para esta Casa. Oposição segurava numa perna, Situação segurava na outra, a responsabilidade estava com esta Casa, sem poder fazer nada, porque Deputado não pode ter



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

iniciativa de lei sobre edificação. Não pode, vai cair! Vai cair porque é inconstitucional. Eu sei que muita gente enganou. Ia nos lugares: “Deixa essa igreja aqui que eu faço a lei”, “deixa essa quadrinha de esporte aqui que eu faço a lei”. Mentira! Mentira porque não sabe, ou mentira porque queria enganar, criar falsas expectativas. Esse Governo não vai criar falsas expectativas; esse Governo vai fazer de verdade.

E nós aqui, tentando resolver. Eu me lembro do PL das Igrejas. Eu dizia aos companheiros e às companheiras: “Não adianta tentar emendar, porque vai cair tudo”. Não precisa o Ministério Público entrar, nós vivemos num sistema do contencioso único, a chamada jurisdição única. Esse princípio quer dizer que tudo termina no Judiciário, basta uma associação entrar para derrubar lei. Então, não adianta enganar. Engana um pouco de tempo, engana um pouquinho, mente um pouquinho, recebe uns aplausos, o que é aplauso hoje é vaia amanhã. Só o princípio é eterno. Então vamos demorar um pouquinho mais para resolvermos?

Pois bem, nós segurávamos aqui e o cabrito berrava, berrava. Enquanto isso o Poder Executivo trabalhava, fazia o que queria e ainda culpava a Câmara Legislativa. A culpa é da Câmara. Ouvi isso demais. O Deputado Paulo Tadeu e eu discutimos isso ao extremo porque o Governo não queria resolver e atribuía responsabilidade à Câmara. O Deputado Bispo Renato sabe disso. Ele esteve aqui. O que acontecia ao final? Uma colcha de retalhos que nem resolvia o problema dos interessados nem resolvia o problema da cidade; resolvia o problema do Governo, que não queria trabalhar. Essa é a realidade. Resolvia o problema daqueles que queriam guardar falsa expectativa às pessoas, mas não resolvia o problema do ser humano que queria trabalhar e produzir riqueza.

Então, a primeira coisa que temos de assumir aqui, nós todos que queremos resolver o problema, é que mesmo que tenhamos dificuldade, vamos percorrer o caminho da lei, vamos percorrer o caminho da realidade, da franqueza, da comunhão.

Trouxe aqui — penso que não há mais espaço para manobras como ocorreu no passado — algumas propostas que vou encaminhar à Mesa. Precisamos de novas regras de uso e ocupação do solo que confirmam um padrão de vida urbana mais dinâmico. Fundamentalmente, a lei geral é o PDOT, a lei especial interregna é a Lei de Uso específico e de Ocupação do Solo, e a lei mais particular é a dos chamados planos de desenvolvimento, a cidade dividida em 7 regiões. Temos 3 passos para cumprir essa etapa. Então vamos começar a cumprir rápido, urgente, Rubinho. É esse o nosso papel.

Pois bem, Presidente, precisamos de atividades que resgatem a W3 do ostracismo, que permitam a revitalização dos setores completamente abandonados no horário noturno, como ocorre no SIA, no Setor de Indústrias Gráficas, no Setor Comercial Sul. Precisamos romper com regras de uso exclusivo, mas aí não é a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Procuradoria ou o Ministério Público, a que se atribuem até perseguições, aí é a lei que tem de fazer isso. Outro dia queriam criar a cidade dos bares. Pelo amor de Deus! Não é isso o que desejava Lúcio Costa. Outro dia, disse Oscar Niemeyer em artigo que a cidade tem que entrar no roteiro de sua atualização.

Também a ideia de que tenhamos, Presidente, a harmonia, o respeito ao ordenamento territorial de um lado com a atividade econômica do outro. Proponho, Presidente, que possamos ter um contato, como já estamos fazendo no terreno tributário – o Secretário Moacir bem sabe disso –: uma comunhão de esforços entre autoridades públicas e todos os interessados no tema, comunidade e empreendedores, para que possamos contemporizar direitos. A cidade não pode ser engessada, mas não podemos admitir para os amigos do rei, tudo; para os inimigos, o fechamento e a perseguição.

É por isso, Sr. Presidente, que por último eu proporia que, neste trabalho de ordenamento, nós criássemos uma comissão com a participação da Casa Legislativa – quero parabenizar V.Exa. por essa iniciativa, Deputado Chico Vigilante –, uma comissão com representação de todos os setores que começasse a fazer efetivamente esse estudo, desde já. De olho nas regras existentes e na contemporização de direitos, para que, mesmo que possamos demorar, tenhamos uma solução efetiva. Estamos cansados das falsas expectativas.

Sr. Presidente, estou à disposição, em favor da cidade que eu amo.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu gostaria de registrar a presença do companheiro Wilmar Lacerda, Coordenador-Chefe da Coordenadoria de Assuntos Legislativos da Secretaria de Governo.

Solicito ao Mestre de Cerimônias que proceda à leitura do nome dos convidados presentes.

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Dentre as muitas personalidades que nos honram com suas presenças nesta tarde, gostaríamos de registrar as seguintes: Sr. Carlos Kobayashi, Subsecretário de Assuntos Estratégicos do Distrito Federal; Sr. Geraldo Branquinho Júnior, Gerente de Normas e Procedimentos da Agefis; Sra. Glaucia Aparecida Diprê; Sr. Oswaldo Meneghin, Presidente da Associação dos Comerciantes da Asa Sul e Asa Norte; Sr. Euclides, Coordenador da Drograria Farmamais; Sr. Luiz Ribeiro, Presidente da União e Proprietários de *Trailer* e Quiosques do Distrito Federal; Sr. Benício Borges da Silva, Chefe do Núcleo de Licenciamento de Atividades Econômicas da Administração de Samambaia; Sr. João Francisco Neto, Presidente da Dimmy Publicidade; Sr. Manoel Domingos Cardoso, Presidente da Associação Comercial do Gama; Sr. Silvano Macedo da Silveira, Chefe de Gabinete da Administração do Riacho Fundo II; Sr. Bruno César Ribeiro Custódio, assessor, representante da Administração da Estrutural; Sr. Gilton dos Santos, Assessor do Gabinete da Administração do Paranoá; Sr. Júnior Carvalho, Presidente



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

da Associação Comercial, Empresarial e Industrial de São Sebastião; Sr. Ronilton Venancio Fernandes, da Assessoria Técnica da Administração Regional de Samambaia; Sr. Ruben Costa, Chefe de Gabinete da Administração de Águas Claras; Sr. Caio Nelson, Presidente da Associação Empresarial de Samambaia; Sr. Gilberto Alves de Carvalho, da Administração de Ceilândia; Sr. Gleiston de Paula, Diretor Geral da Agefis; Sr. André Garvachaes, empresário; Sr. Cláudio Caixeta, Diretor de Fiscalização da Agefis; Sr. Laurindo Modesto Júnior, Assessor do Gabinete da Administração Regional de Taguatinga; Sr. José Ribeiro de Sousa, Gerente de Licenciamento da Administração do Riacho Fundo I; Sr. Isaias Menezes, representante da Administração do Núcleo Bandeirante; Sra. Cristina Franco, representante da Administração da Candangolândia; Sr. Sérgio Luís Xavier, Gerente de Licenciamento da Administração da Estrutural; Sr. Geraldo Alex Melo, Chefe de Gabinete da Administração de Santa Maria; Sr. Raizer Pachelli, Gerente de Licenciamento da Administração do Varjão; Sr. Carlos Antônio, Conselheiro da Associação Empreendedores do Park Way; Sr. José Tomas do Nascimento, Presidente da Associação Comercial e Empresarial do Sudoeste/Octogonal; Sr. Clemilton Saraiva, Presidente da Associação Comercial de Ceilândia; Sr. Francisco de Assis da Silva, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Samambaia; Sr. Valdemir Hass, Presidente da Associação Comercial e Industrial do Núcleo Bandeirante; Sr. Rubens Mendes, Diretor de Obras da Administração – RA X, do GDF; Sr. Milton Soares de Oliveira, Presidente da Acig – Associação Comercial do Guará; Sr. Gersinei Almeida, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Empresários Associados; Sr. Etevaldo Silva, Secretário Geral da Facidf e Ride; Sr. João do Violão, Presidente da Associação Comercial Empresarial e Industrial do Paranoá; Sr. Daniel de Castro, da Administração de Taguatinga; Sr. Nisio Tostes, Presidente da Associação de Proteção Urbanística e Ambiental do Lago Sul; Sr. Miter Mayer, Gerente de Serviços Públicos da Administração do Cruzeiro.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Durante a fala dos próximos oradores, solicitamos ao Cerimonial que proceda à inscrição de pessoas que queiram falar pelo tempo regimental de até 3 minutos. Vamos limitar a 15, tendo em vista o grande número de pessoas que querem falar.

Concedo a palavra ao Deputado Washington Mesquita.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA – Boa tarde a todos. Cumprimento o Presidente desta comissão geral, Deputado Chico Vigilante; Deputado Wasny de Roure; Deputada Rejane Pitanga; Secretário de Governo, Paulo Tadeu, que aqui representa o Governador de Brasília Agnelo Queiroz; empresários e empresárias, empreendedores e empreendedoras; cidadãos aqui presentes.

Estou aqui, primeiramente, na condição de Parlamentar, mas já estive aí sentado nas mesmas cadeiras no lugar de cada um de vocês. Durante 15 anos fui empresário do ramo de supermercado. Eu sei o sofrimento que vocês têm passado, a angústia, a lamúria. Quantas vezes eu estive na frente de um administrador regional



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

para pedir um favor? Um favor para, simplesmente, eu estar totalmente legalizado, para que pudesse abrir as portas das minhas empresas, para que eu pudesse desenvolver e desempenhar a minha atividade legal. Não foi uma vez, duas ou três, foram milhares! Mas quantas vezes também, eu como empresário, tive que me dirigir a um gabinete de um parlamentar à procura de uma solução, à procura de um respaldo legal, para que eu tivesse o meu alvará de funcionamento? Foram milhares e milhares de vezes!

Fico muito feliz, porque neste início de legislatura, neste início de governo, vejo como uma grande responsabilidade desse governo, na pessoa do Deputado Chico Vigilante, do Secretário Paulo Tadeu aqui presente, trazer este debate, convocar esta comissão geral, para que possamos formatar uma lei. Uma lei constitucional provinda do Executivo para dar legalidade a todos os senhores e as senhoras. Isso é mais do que justo e necessário, sim! São vocês os trabalhadores do dia a dia, que estão gerando emprego, que estão arrecadando impostos, que estão participando efetivamente do montante de mais de R\$ 18 bilhões que são arrecadados aqui em Brasília e serão reinvestidos em prol da sociedade.

Então, a minha presença aqui é para dar o meu apoio, a minha presença é para reconhecer que o momento é ímpar, o momento é necessário e o momento é justo. Que esta comissão, Deputado Chico Vigilante, não se limite aos empresários, que ela possa ser extensiva aos templos religiosos. Quantas igrejas católicas, igrejas evangélicas, outras denominações, precisam desse amparo legal e, infelizmente, têm esbarrado na falta de uma legislação direcionada para esse fim?

Então, parabênizo esta comissão, essa iniciativa. Estou aqui para dar o meu apoio total e irrestrito à aprovação dessa lei, mas, principalmente, para que não só vocês, como eu também não passemos mais por várias e várias situações de desconforto, várias e várias situações de humilhação, tendo que pedir favor para ter o nosso comércio aberto, para que, assim, possamos gerar emprego, arrecadar os nossos impostos e participar do desenvolvimento da nossa cidade.

Tenho certeza de que os 24 gabinetes estão aqui abertos, esses 24 mandatos não se furtarão e não se ausentarão da aprovação desse projeto. Esses gabinetes não são, na minha concepção, para simplesmente conceder um favor a vocês. Esses mandatos são para conceder a vocês o direito legal que vocês merecem como cidadãos, como contribuintes, como empresários, como geradores de impostos, como geradores de emprego.

Contem com o meu apoio, meu grande abraço e parabéns mais uma vez ao Deputado Chico Vigilante por essa iniciativa. (Palmas)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Deputado Washington Mesquita.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Eu quero pedir desculpa por uma falha e convidar para fazer parte da nossa Mesa o Sr. Gleiston M. de Paula, Diretor-Geral da Agefis. (Palmas.) A presença da Agefis no nosso debate é muito importante.

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE – Boa tarde a todos. Serei muito breve. Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa do Deputado Chico Vigilante, que fez o requerimento e, apoiado por todos, teve a possibilidade de realizar esta comissão geral tão importante para a nossa cidade.

Quero cumprimentar também o Secretário de Governo, neste momento representando o nosso Governador Agnelo Queiroz, e, como já foi dito, mostrando a importância que o nosso Governo — se assim posso falar — tem dado a esse trabalho do setor produtivo. Afinal de contas, tudo o que roda nesta cidade e o que roda no nosso país vem de impostos pagos. O que o Governo faz e o que nós fazemos aqui na Câmara — uma das nossas ações — é justamente atuar para que o Governo gaste bem esse dinheiro que foi arrecadado de todos os senhores que estão aqui, que ele seja aplicado na infraestrutura e que retorne à melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Eu gostei muito do discurso do nosso Deputado Chico Leite porque S.Exa. resumiu. Eu sei que os senhores ouviram com muita atenção o que S.Exa. disse. Estive há pouco aqui neste auditório com mais de mil produtores rurais, que vivem o mesmo que vocês estão vivendo agora, e o nosso Governador deu a solução. Já foi aprovado pela diretoria da Terracap que, no próximo dia 17, o conselho aprove a regularização das terras rurais do Distrito Federal, mostrando a atenção que o Governo dá quando se fala em setor produtivo.

Mas como essa solução foi construída? Essa solução foi construída por vários atores. Como disse o Deputado Chico Leite, nós precisamos chamar à mesa todos aqueles que podem decidir efetivamente — não vou usar o termo pagar a conta — para que eles deem a solução, porque se a Câmara Legislativa do Distrito Federal faz o seu papel, mas o Ministério Público não faz, nós teremos problema logo à frente e estaremos apenas maquiando esse processo, como vem acontecendo há muito tempo na nossa cidade.

Então, eu queria dizer mais uma vez que é importante demais a participação dos senhores e a vinda dos senhores a esta Casa, porque esta Casa pertence a todos vocês. Eu tenho certeza absoluta de que todos os Deputados que estão aqui, Deputada Luzia de Paula, Deputado Washington Mesquita, Deputado Wasny de Roure, Deputada Rejane Pitanga, Deputado Benedito Domingos, Deputado Olair Francisco, Deputada Eliana Pedrosa, todos — tenho certeza absoluta — querem resolver esse problema. Eu acredito que todos os atores envolvidos querem resolver esse problema. Por isso, temos que trabalhar juntos, todos sentados à mesa para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

termos uma solução. E gostaria até de sugerir um mutirão para isso, porque ninguém aguenta mais!

Nós temos ouvido falar o tempo inteiro em corrupção na nossa cidade. Nossa cidade não aguenta mais isso, como não aguenta mais essa situação que se vive — da irregularidade, da insegurança, das pessoas investindo, empregando e sustentando a cidade, sem uma resposta à altura da sua sobrevivência e da sua qualidade de vida. Então, eu acredito que chegou a hora.

Esta Casa está aberta. O Deputado Chico Vigilante, com sua sensibilidade, e o Governo, representado pelo Secretário Paulo Tadeu, estão presentes. Então, está na hora. Se todos nós queremos resolver, temos que resolver. Vamos partir para resolver. Não vamos sair desta comissão geral sem datas específicas, para que nós possamos novamente nos encontrar, termos a solução e trazermos a solução da Câmara Legislativa do Distrito Federal, do Ministério Público, dos tribunais, do Governo do Distrito Federal para essa situação, a qual – eu tenho certeza absoluta disso – todos nós sabemos que não pode continuar.

Eu estou aqui à disposição. Estou aqui irmanado com o Deputado Chico Vigilante. Adorei o discurso que S.Exa. fez no começo, pois mostra toda a sua sensibilidade com o setor produtivo. Que nós façamos real e definitivamente, e não fiquemos só no discurso, como disse o Deputado Chico Leite; que partamos para a ação, fazendo a Câmara Legislativa do Distrito Federal aquilo que lhe é devido, pois é o seu papel fazer toda essa articulação de todos os atores, para que possamos ter a solução definitiva e melhorar a qualidade de vida de todos os senhores.

Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante, pelo convite. Estou à sua disposição.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado.

Eu peço ao Cerimonial que proceda à leitura de uma mensagem enviada pelo Deputado Evandro Garla. Em seguida, concederei a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

MESTRE DE CERIMÔNIAS – “Brasília, 10 de março de 2011.

Ao cumprimentá-lo cordialmente, parablenizo o Deputado Chico Vigilante pela brilhante iniciativa de comissão geral sobre a emissão de alvará. Por motivo de viagem anteriormente agendada, para resolver assuntos referentes à executiva do PRB nacional, peço desculpas por minha ausência, parabenizando-o mais uma vez por esta preciosa iniciativa.

Atenciosamente, Deputado Distrital Evandro Garla.”

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Passarei a palavra à Deputada Eliana Pedrosa, em seguida ao Deputado Benedito Domingos, depois à Deputada Luzia de Paula e, por último, à Deputada Rejane Pitanga para encerrar o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

grupo dos Parlamentares. A seguir, falarão as autoridades e os representantes das entidades.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – O meu boa-tarde a todos, a todos que saíram das suas casas, das suas atividades comerciais e vieram representar pelo menos 70 mil comerciantes. Parabéns para vocês, porque todos nesse momento estão incomodados, mas vocês vieram para mostrar a cara da insatisfação e da vontade de que essa solução seja alcançada rapidamente.

Quero parabenizar e cumprimentar a Mesa na pessoa do Deputado Chico Vigilante e, por extensão, o Deputado Wasny de Roure e a Deputada Rejane Pitanga por essa iniciativa, que é muito importante, porque nós já estamos depois do Carnaval, e se diz que o Brasil começa a funcionar depois do Carnaval. Então eu vim aqui, Deputado Chico Vigilante, na expectativa de que possamos ter o anúncio do Governo de que o projeto está chegando à Câmara, já que é iniciativa do Governo.

Quero cumprimentar, como nome do Governo, o Deputado Federal Paulo Tadeu, Secretário de Governo representando o Governador Agnelo, e dizer que esse é um assunto recorrentemente discutido nesta Casa. Todos já passam por essa aflição há muito tempo, e acredito que o Governo já tenha uma fórmula dessa proposta de lei para enviar à Câmara Legislativa. Como Legislativo, porque não é da nossa competência tomar a iniciativa, posso dizer, Secretário de Governo Paulo Tadeu, representando a oposição, que o Governo terá todo o nosso apoio — irrestrito, total. Nós mergulharemos. Se o Governo mandar o projeto hoje, hoje mesmo estaremos prontos para votar. Porque eu acho que essa é uma questão essencial, mexe com a economia da nossa unidade da Federação, mexe com a possibilidade de nós darmos tranquilidade aos pais de família que tocam os seus negócios, e também àqueles que precisam dos empregos e hoje vivem aquela insegurança: “Será que a empresa em que eu trabalho vai ser fechada, ou não vai ser fechada?”

Queremos pedir, Sr. Gleiston, ao senhor que é da Agefis: sabemos que há o Ministério Público, que exige que o agente público cumpra as suas obrigações, mas se os comércios estão estabelecidos há 20 anos, 10 anos, 6 anos, um ano que seja, então acho que quem tem que ser responsabilizado são os agentes públicos anteriores. Falo isso com absoluta tranquilidade. Há que se ter um mínimo de bom senso. Um fiscal foi a um local e multou; se voltar outra vez para dar outra multa, é porque quer só arrecadar. Eu acho que tem de haver hoje uma reflexão. Enquanto nós não consigamos aprovar a lei, temos que procurar um caminho em que esse bom senso possa ser encontrado.

E sinto falta, Deputado Chico Vigilante, porque acredito que V.Exa. deva tê-lo convidado, do Ministério Público para sentar aqui, para escutar o clamor das pessoas. Porque a aplicação fria da lei nunca foi a intenção de nenhum legislador.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Tanto é que o direito é dialético para dar espaço às discussões, às novas visões, às novas propostas. Sinto falta do Ministério Público aqui.

Penso também que o Governo, ao colocar a proposta, se houver ainda alguma dúvida com relação à sua legalidade, à sua constitucionalidade — talvez não apenas o Governo, porque eu sei que se tem tentado isso, inclusive desde o Governo anterior —, deve ir ao Ministério Público para que ele dê um caminho, uma orientação de como quer essa lei. Se não for assim, acho que todos os senhores também terão que ir para lá. Nós temos que encontrar essa solução a curto prazo, a curtíssimo prazo, porque é um absurdo o que estamos vivendo. O mundo muda, hoje é um mundo de transformações muito rápidas, e nós não podemos ficar presos a um passado que engessou a cidade.

A questão do zoneamento pode ser resolvida facilmente com a lei, porque nós não podemos deixar as nossas regiões administrativas com locais que estão presos a um zoneamento. É simples, faço aqui um exemplo: Setor de Rádio e Televisão não pode ter consultório médico. Setor Gráfico: quantas televisões, quantas rádios haveria para preencher aquele setor, que ficou enorme? A cidade cresce, não é uma cidade mais para o que foi projetada, de quinhentos mil habitantes. Hoje, Brasília é muito maior do que isso.

O mundo é muito diferente do que era quando Brasília foi projetada. Hoje, com a internet, com o mundo digital em que vivemos, precisamos estar abertos. Vivemos no século XXI, um período de grandes aberturas, e nós não podemos viver um engessamento na Capital de um País que cada vez mais se coloca na ponta das grandes discussões mundiais. O Brasil hoje é uma potência mundial, não podemos esquecer isso. Nós somos a Capital e vamos ficar com essa questão provinciana de segurar todo esse potencial empreendedor, que foi estimulado através de todo esse tempo.

Então, Deputado Chico Vigilante, conte com o apoio da Oposição. O Governo pode contar, e nós esperamos rapidamente – vou ficar aqui para esperar – esta boa nova do Secretário de Governo, Sr. Paulo Tadeu: “Olha, o projeto está chegando em tantos dias”. É isso que nós queremos escutar aqui hoje. Acho que todo mundo quer escutar isso hoje nesta Casa. Sei que o Governo se preparou com bons técnicos para que isso possa ser feito dentro da constitucionalidade, e dentro do prazo, já que o Brasil começa após o Carnaval.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Gostaria de registrar aqui a presença do nosso Administrador de Samambaia, companheiro Risomar Carvalho.

Concedo a palavra ao Deputado Benedito Domingos.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – Quero cumprimentar aqui o Deputado Chico Vigilante pela iniciativa; também nosso Secretário de Governo, que representa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

aqui o Governador Agnelo Queiroz, companheiro Paulo Tadeu; demais componentes da Mesa, em destaque a Sra. Danielle Bastos Moreira, que, sem dúvida nenhuma, representa aqui a classe empresarial do Distrito Federal.

Eu quero dizer aos companheiros que a Deputada Eliana Pedrosa foi muito feliz em suas colocações. Acho o seguinte: há o conceito de que a lei é mutável no tempo e no espaço para atender o interesse da sociedade. A lei não pode ser estática, a lei não pode ser uma lei fixa, porque o desenvolvimento obriga que a legislação seja adequada à realidade social do dia a dia.

Brasília hoje é muito complexa. Temos o Plano Piloto, que nasceu de uma prancheta, de um concurso internacional. Nós temos Itapoã, que não tem ainda a sua legislação oficializada. Temos Vicente Pires, que também é uma grande cidade, e não tem nem o seu ordenamento. São muitas outras cidades. Então, equiparar todas em um ponto de igualdade é um problema seriíssimo.

Essa legislação – que, com certeza, o Governo, conhecedor desses problemas, deverá mandar para esta Casa – deverá ser heterogênea, porque há setores que sequer titulação da terra têm, muito menos o Habite-se de uma obra que não pode ser aprovada porque não tem ainda a documentação do terreno. Por exemplo: quando estávamos à frente da Administração de Taguatinga, e Vicente Pires estava ainda ligada a Taguatinga, tivemos ali o fechamento de todas as farmácias de Vicente Pires. A farmácia presta um serviço social extraordinário. Por que fecharam? Porque não tinha um papelzinho dizendo alvará de funcionamento.

Aí chega o fiscal – perdoe-me o companheiro da Agefis, pois ele está cumprindo as normas –, e o alvará está vencido. Venceu ontem. Até ontem, não havia risco algum. Hoje ele está vencido, já é risco de vida. Por isso tem de ser interditado, porque está correndo um risco tremendo de o prédio cair, porque o papel está vencido. Temos de mudar. Conforme disse a Deputada Eliana Pedrosa, o bom senso é que governa as coisas, a realidade, a situação.

Tivemos casos simples assim, de fecharem hotéis em Taguatinga e não deixarem nem o hóspede entrar para tirar a mala de dentro do hotel. Pensem: que conceito tem uma cidade em que acontece isso? Por quê? O alvará estava vencido. Sobre essas coisas, nós temos de fazer um exame. Gostei muito quando disseram que o Ministério Público deve participar. São eles que dizem que é inconstitucional, então eles que ajudem a fazer uma coisa constitucional, que seja real e que funcione.

O Deputado Washington Mesquita foi feliz: não podemos igualar igrejas de qualquer credo religioso a uma indústria ou a um comércio, ou a qualquer outra atividade econômica. A igreja tem uma missão muito especial, mas infelizmente é enquadrada como se fosse uma empresa. Tem que mudar!

Chico, eu acredito muito no esforço do Governo. Eu acredito muito no Agnelo. É uma pessoa simples, um homem do povo, um homem que tem vivência.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Você também, lá na Ceilândia, você sabe ali a luta que foi e a luta que tem o Sol Nascente, o Pôr do Sol, aquelas situações lá para legalizar. Mas lá está uma padariazinha vendendo, uma farmaciazinha vendendo, um açougue vendendo. Está atendendo quem? A sociedade, a comunidade. Então, nesse aspecto, nós temos de ter uma legislação flexível. Não se pode enquadrar todo o Distrito Federal pelo Plano Piloto, porque aqui é um caso muito diferente, tem de haver esse bom senso.

No mais, torço para que tudo dê certo. Conforme disseram os companheiros que me antecederam, a Casa está aqui para ajudar a construir uma legislação duradoura que traga soluções para esses problemas. É isto que desejamos: que o povo seja feliz, que o povo possa trabalhar sem o medo de vir um fiscal da Agefis.

Eu vou contar uma historinha, bem rápido: quando Lampião andava lá pelo Nordeste, ele chegou a uma venda, numa roça, que era de um árabe e foi tratado com a melhor cordialidade possível. O árabe matou porco, matou galinha, matou peru, fez uma festa das melhores. Quando Lampião foi se despedir, disse: "Olha, eu não vou fazer nada com você porque você me tratou muito bem. Você sabe quem eu sou?". O árabe falou assim: "Não". "Eu sou Lampião". Ele disse "Pensei que o senhor era fiscal!". Então, o resultado é o seguinte: o que ocorre hoje é que nós temos mais medo do fiscal do que do Lampião.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu quero registrar a presença do Sr. Emílio, Procurador-Chefe da Procuradoria do Meio Ambiente.

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, minhas saudações e meus cumprimentos pela bela iniciativa. Cumprimento também o Deputado Wasny de Roure e a Deputada Rejane Pitanga. Cumprimento, na pessoa da Dra. Danielle, todas as mulheres empreendedoras que estão aqui nesta tarde, numa tarde de um discurso muito sério.

Sabemos da luta que tem tido a família do Distrito Federal. E aqui quero lembrar Ceilândia, disse muito bem o Deputado Benedito Domingos, quando se lembrou do Sol Nascente e do Pôr do Sol. Eu me lembro, Tabajara, de momentos muito difíceis para aquela comunidade da qual você faz parte. Por várias vezes, pessoas desesperados chegaram até nós, no seu sofrimento, para falarem do achaque, do desprezo e da forma como eram tratadas, muitas vezes, por aqueles que ali iam em nome da lei. Muitas vezes questionavam: "que lei é essa que pune aqueles que mais precisam e que mais trabalham, e faz diferença com aqueles que podem?" E quando eu falo "aqueles que podem", todos sabem interpretar que não é só o poder do poder, mas o poder da corrupção. E isso imperou e muito, infelizmente, no Sol Nascente e no Pôr do Sol, onde não tinha ninguém com essa capacidade, e os nossos comércios, os nossos empreendimentos eram, na maioria



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

das vezes, fechados. Muitos pais de famílias, muitas crianças ficavam até passando fome, porque era dali que tiravam o seu sustento.

Eu falo isso, relato esses momentos porque eles estão gravados com uma profundidade e tristeza muito grandes dentro da minha alma. Quando aceitei sair numa candidatura, foi justamente para poder falar em nome daqueles que mais precisam. E os que mais precisam são, muitas vezes, aqueles que trabalham, aqueles que lutam, porque hoje o Estado não dá conta de devolver à sociedade e, principalmente, às suas crianças aquilo que precisa ser devolvido.

Deputado Chico Vigilante, uma vez mais agradeço a Deus por essa iniciativa. Agradeço a Deus porque sei que V.Exa. já ouviu também, muitas vezes, a lamúria do nosso povo e viu o sofrimento das nossas crianças ao verem seus pais sem trabalho e com seus estabelecimentos fechados. Não é justo. Até que enfim, realmente, estamos num novo caminho. Um caminho que dá a essa comunidade, a comunidade dos empresários, uma esperança de ver realmente chegar o momento de poderem dizer: posso abrir minhas portas e ficar tranquilo amanhã, porque no final da tarde também estarei trabalhando.

E quero aqui, mais uma vez, dizer a todos que estamos nesta Casa de Leis para defender juntos, com todos os segmentos, todos os poderes. Não basta apenas o Legislativo, porque é um emaranhado, é uma torre de Babel que se colocou aí, é uma Babilônia. Mas, com certeza, com a luta e a determinação de vocês estaremos aqui para somar. E como eu já disse, o Estado não dá conta. Quem hoje sustenta este país, quem sustenta o Distrito Federal são os empresários e, principalmente, os pequenos empresários.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra à Deputada Rejane Pitanga.

DEPUTADA REJANE PITANGA – Boa tarde a todas e a todos. Cumprimento as autoridades da Mesa na pessoa do meu companheiro Deputado Chico Vigilante, a quem parabeno pela brilhante iniciativa. Cumprimento também todos os Secretários presentes na pessoa do Secretário de Governo, Deputado Paulo Tadeu; a todos os empresários e empresárias; a todos os empreendedores e empreendedoras. Serei rápida porque todos e todas queremos ouvir as falas dos componentes da Mesa.

Eu queria dizer a vocês que este momento que estamos vivendo é histórico e importante. Ninguém lotaria um auditório desses, numa quinta-feira, logo depois do Carnaval, se o tema não tivesse a importância que tem. E quero dizer a vocês que a forma do debate contribui muito – viu, Paulo, Dirsomar, Moacir, Chico e outros componentes do Governo aqui presentes –, porque nós não construímos uma legislação que venha para resolver um problema que existe há mais de uma década se não fizermos uma discussão com todos os segmentos sociais envolvidos, inclusive o Poder Judiciário. Quero dizer que nós só vamos conseguir uma solução definitiva



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

se for um debate pactuado. Portanto, este debate vai muito contribuir, tenho certeza, Paulo, com o projeto que o Executivo vai enviar a esta Casa.

Eu queria dizer, também, que isso faz parte, toda essa complicação que a gente viveu até hoje... Eu digo a gente porque a minha origem, acho que todo mundo sabe, eu era sindicalista, Presidente da Central Única dos Trabalhadores, como foi o Deputado Chico Vigilante, como foi o Deputado Paulo Tadeu, como foi o Deputado Wasny de Roure, como foram vários Parlamentares do PT que passaram pelo movimento sindical. Eu, como dirigente sindical, sempre respeitei muitíssimo os empresários, e tenho certeza e clareza quanto à contribuição que vocês dão no desenvolvimento do nosso país e no desenvolvimento econômico da nossa cidade, até porque geram empregos. E nós lutamos muito, e temos que lutar, para que o Distrito Federal atinja o que o Brasil atingiu, quase o pleno emprego.

Eu acho que este debate vai contribuir para superar um cenário de profunda desigualdade no Distrito Federal. Nós sabemos o quanto o setor empresarial perdeu e sofreu com a crise que o Distrito Federal atravessou. Vocês foram vítimas, muitas vezes, da indústria da propina nesta cidade, da indústria da corrupção, da indústria da imoralidade, que reinou nesta cidade durante muito tempo. E é essa nova construção que o novo Governo quer fazer. Tenho certeza e um orgulho enorme de ser Parlamentar do Partido dos Trabalhadores e ser uma Parlamentar da bancada do Governo e ter lutado muito para ganharmos a eleição no Distrito Federal, porque discutir essa lei, hoje, faz parte do processo de reconstrução desta cidade. Eu tenho certeza de que o Deputado Paulo Tadeu vai se referir a isso. Faz parte do processo de se construir o novo Distrito Federal, que não aguenta mais passar nem perto da crise que nós vivemos.

Portanto, tenho certeza de que nós desta Casa, que é uma casa que também está em reconstrução, até porque a imagem da Câmara Legislativa foi profundamente arranhada com a crise, queremos ajudar a aprovar uma lei que realmente venha trazer o desenvolvimento econômico para o Distrito Federal, a geração de emprego e o respeito ao setor produtivo desta cidade. Podem contar conosco, podem contar com a bancada do PT para construirmos uma legislação que seja permanente e envolva todos os atores sociais no debate.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu quero neste momento passar a palavra ao Dr. José Ornellas, ex-Governador do Distrito Federal, que representa nesta comissão geral o Presidente da Fecomércio.

SR. JOSÉ ORNELLAS DE SOUZA FILHO – Inicialmente, meus cumprimentos ao Deputado Chico Vigilante, pela ideia de realizar esta reunião. Eu estou aqui representando a Federação do Comércio, na pessoa do nosso Presidente, Adelmir Santana, que teve de fazer uma viagem e só voltará na próxima segunda-feira. A Federação do Comércio, que faz parte de um setor produtivo importante, pois



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

representa 70 a 80% do PIB do Distrito Federal, viveu momentos aflitos com essa crise política e também com a crise da falta de uma estabilidade jurídica para as empresas.

Há um documento – eu deixo para a nossa companheira discorrer sobre ele – que foi amplamente discutido dentro do setor produtivo. Eu pessoalmente acho que o problema é um pouco mais sério, porque não adianta querer fazer uma lei sem atacar as origens, as causas: o uso do solo, o nosso PDOT, o retorno ao Plano Diretor Local. O Plano Diretor Local é importante, porque ele tem detalhes. Então, é preciso realmente um trabalho extenso para se chegar a uma solução definitiva. Não quero dizer com isso que não se deve buscar uma solução provisória para que realmente os empresários tenham fôlego para poder sustentar as suas empresas e especialmente continuar a gerar empregos. Achamos que o problema é longo. É preciso atacar o PDOT, é preciso tratar o problema do zoneamento urbano. Esse é um problema que a própria legislação, o Poder Legislativo pode resolver mais celeremente. Mas há problemas muito sérios, como o problema de não se poder ter o Habite-se porque se está ocupando solo irregularmente. Contudo, temos esperança e confiamos na liderança do nosso Deputado Chico Vigilante para que realmente se busque uma solução definitiva, que eu não acredito que seja a curto prazo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado ao nosso ex-governador.

Eu gostaria de registrar, Danielle, alguns momentos importantes vividos no Distrito Federal, dos quais foi protagonista a Associação Comercial sob a liderança de Lindberg Aziz Cury, que foi um dos homens mais injustiçados do Distrito Federal do ponto de vista político. Ele merecia ter tido alguns mandatos eletivos.

Eu me lembro daquela entidade, ex-governador Ornellas, cercada pela tropa de choque da Polícia Militar do Distrito Federal simplesmente porque ela teve a coragem de promover um debate com Tancredo Neves, Lula, Ulysses Guimarães, Mário Covas e outras figuras da política nacional. A tropa de choque a cercou para impedir o debate. Lembro-me dos memoráveis debates promovidos no sentido de conquistarmos a representação política do Distrito Federal. Portanto, a Fecomércio tem história. Lembro-me também do jornal *Vanguarda*, jornal importante daquela associação.

Convido para compor nossa Mesa o Presidente em exercício, Deputado Dr. Michel.

Concedo a palavra à Presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, Danielle Bastos Moreira.

SRA. DANIELLE BASTOS MOREIRA – Deputado Chico Vigilante, eu gostaria de agradecer imensamente a V.Exa., à Deputada Rejane Pitanga e ao Deputado Wasny de Roure, que estão aqui, pela grande iniciativa de promover este debate nesta tarde. Para nós, é motivo de grande alegria, Deputado, ver realmente este



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

auditório hoje repleto após um carnaval que terminou ontem. Isso é motivo de grande satisfação.

Eu gostaria também de agradecer a deferência em me fazer representar os demais presidentes aqui, meus coirmãos das associações comerciais que fazem parte hoje da Federação das Associações Comerciais do Distrito Federal e RIDE. Gostaria que todos ficassem de pé para que os Deputados vissem o nosso peso hoje, a representatividade da Federação das Associações Comerciais do Distrito Federal. Obrigada, meus amigos.

Nós conseguimos fazer uma divulgação maciça, Deputado, sobre o debate desta tarde e nós conseguimos trazer bastante gente, nós conseguimos trazer um público bastante importante hoje, que está desesperado com essa situação. Então, eu gostaria de agradecer também e parabenizar os Secretários de Governo presentes nesta tarde, que também se mostram sensíveis à nossa causa e preocupados com a situação do nosso Distrito Federal. Muito obrigada pela presença de vocês também. Nós, empresários, comerciantes pequenos, médios e grandes, estamos muito felizes em estarmos hoje nesta Casa e ver a preocupação deste Governo com esse importante tema.

Eu gostaria de falar sobre alguns fatos. Sei que será difícil não ser repetitiva diante de tudo o que foi falado aqui, mas tentarei dizer de forma sucinta alguns apontamentos que anotei e que acho importantes trazê-los ao debate.

Nós, Srs. Deputados e Secretários, estamos muito preocupados – eu gosto muito de falar isso sempre que tenho oportunidade em algum discurso –, porque os comerciantes do Distrito Federal hoje são alvos. Somos alvos dos bandidos, da legislação trabalhista, da legislação tributária, da Agefis. Nós somos alvos – eu posso falar isso porque sou advogada – dos advogados, porque não conseguimos mais viver sem uma liminar na Justiça para podermos manter nossos estabelecimentos abertos. Hoje, aqueles que tiveram seus estabelecimentos fechados pela Agefis por essa situação dos alvarás estão ajudando a inchar a máquina do Judiciário pelas inúmeras ações que são obrigados a impetrar em face dessas decisões, que hoje incham também o Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Então, essa situação tem um efeito cascata. Ela começa no pequeno comércio que tem um problema de alvará junto a sua administração e finaliza dentro do Tribunal de Justiça numa liminar, para que possa ser mantido aberto aquele empreendimento. Portanto, a situação hoje é muito complexa.

O nosso setor produtivo realmente está sendo extremamente afetado com essas recentes decisões e manifestações do Ministério Público. Nós não podemos mais viver nesta instabilidade das repercussões sociais e econômicas, nunca vistas na história do Distrito Federal. Hoje, Secretário Moacir, nós sabemos – eu tenho certeza de que o senhor tem total consciência disso – que a evasão de divisas hoje



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

que estamos perdendo para Goiás é imensa. Nós hoje estamos tendo problemas seriíssimos.

Não sei se os senhores tiveram a oportunidade de ler, na última revista *Exame*, que está vindo para Goiás, para a cidade de Alexânia, que fica a 100 quilômetros de nós, um dos maiores *outlets* do mundo, a rede Premium Outlets. O que vai acontecer? Nós vamos sair de Brasília para consumir em Goiás, e as nossas divisas ficarão lá. Não é mais possível aguentarmos esse tipo de situação. Nós hoje estamos perdendo divisa para um vizinho forte, que é o Estado de Goiás, que está preocupado com o seu crescimento, com os incentivos à indústria e ao comércio e não só com a agropecuária que existe lá e que é forte. Então, nós precisamos nos movimentar com relação a isso.

Nós estamos sofrendo grandes penalidades não só no pequeno comércio, mas também no setor atacadista, onde sofremos agora também uma grande queda em função de uma apelação de inconstitucionalidade contra o REA e o TARE ter sido julgada procedente. Então, hoje vemos uma evasão de divisa tremenda, e Brasília não suporta mais isso.

O Distrito Federal hoje tem vida além da Esplanada dos Ministérios. Nós não vivemos mais em uma cidade de concursos públicos, mesmo porque esses concursos irão acabar. Nós precisamos realmente fomentar o empreendedorismo e valorizar aqueles que representam hoje cerca de 85% de tudo o que é arrecadado no Distrito Federal.

Essa situação que existe hoje, nós temos que analisar de forma bastante realista. O que nós queremos tão somente é que o Poder Público realmente converse com todos os agentes envolvidos nessa situação. O Ministério Público, Deputado Wasny de Roure, tem que ser chamado, sim, porque nós não conseguimos mais viver numa fábrica de leis inconstitucionais.

Então, eu gostaria de dizer que precisamos realmente adequar a realidade da nossa cidade à legalidade, mas nós precisamos, antes de mais nada, termos sossego e paz para trabalharmos em nossos estabelecimentos comerciais, que já não temos mais. Existem inúmeras empresas que estão fechadas hoje exatamente, como foi dito por um Deputado, por conta de um papel, não estão mais legais para continuar funcionando. Isso não pode ser mais assim. Nós não podemos mais dar vida a nossas empresas por tempo determinado. As nossas empresas estão abertas e funcionando por prazo indeterminado e não por prazo determinado, como querem fazer crer e como foi feito durante um tempo de alvarás provisórios. Nós não podemos mais viver assim.

Para finalizar, eu gostaria de dizer, como bem disse o nosso ex-governador Ornellas, que nós fizemos uma reunião com o setor produtivo, uma reunião bastante extensa com a Fibra, a Fecomércio, a Associação Comercial, a FACI-DF, a FAP, a Fenatac e outras entidades. Nós tínhamos feito alguns pontos que daríamos como



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

sugestão para a criação de uma lei que resolva a situação dos alvarás. Alguns receberam uma cópia desse documento que nós entregamos, mas eu gostaria, só para não me alongar, de citar aqui 3 propostas que eu acredito que são extremamente importantes e necessárias para serem analisadas.

A primeira é adequar a legislação do Distrito Federal no tocante ao zoneamento urbano, de modo a regulamentar as atividades econômicas constantes na listagem da classificação nacional de atividades econômicas e doutrinárias do IBGE utilizada pela Receita Federal. Isso é impossível hoje. Nós temos uma situação em que existem atividades econômicas regulamentadas de acordo com a Receita Federal, mas que no Distrito Federal não podem funcionar, como é o caso dos *pet shops*, porque na época não existia esse tipo de estabelecimento. E o *pet shop* nada mais é do que um cabeleireiro de cachorro, e sabemos que não causa mal nenhum a ninguém. Então, essa é uma das situações.

A outra situação que nós temos aqui é reconsiderar na legislação a exigência da anuência de vizinhança para o licenciamento de atividades econômicas na área com destinação comercial. E aqui, eu gostaria de fazer um parêntese, Deputado, pedindo sua licença, porque isso é o maior absurdo que pode existir no Distrito Federal. Se aquela área ou aquela zona já estava destinada ao comércio, por que nós somos obrigados a ter anuência de um morador que fica atrás do prédio, sendo que nós não somos obrigados, nós não podemos dar licença para ele comprar aquele apartamento? Nós também não sabemos se ele vai ser um bom vizinho, quando ele for morar lá. Isso é uma afronta ao nosso direito e à economia.

Por último, considerar o requerimento da renovação do alvará protocolado em tempo hábil na região administrativa competente como documento que habilite o funcionamento do estabelecimento e que o mesmo seja aceito pelos órgãos fiscalizadores até a expedição da licença definitiva.

Essas são algumas propostas que nós temos. As nossas 31 associações comerciais que compõem o nosso sistema da federação estão à disposição desse Governo e das autoridades que forem necessárias para prestar mais e melhores esclarecimentos acerca de cada região administrativa que hoje está sofrendo com esse problema.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, nossa querida companheira, Dra. Danielle Bastos Moreira, que trouxe uma contribuição muito importante para esse debate.

Peço ao Cerimonial que proceda à leitura de alguns registros.

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Gostaríamos de registrar nesta oportunidade as presenças do Administrador Regional de Águas Claras, Sr. José Júlio de Oliveira; do Administrador de Sobradinho II, Sr. Amilton; do Administrador de Samambaia, Sr.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Risomar Carvalho; do Presidente do Sindicombustíveis do Distrito Federal, Sr. José Carlos; do Diretor do Conselho de Segurança do Lago Sul, prof. Argos de Faro; da Presidente do Conselho de Planejamento do Lago Sul, Dra. Natanry Osório; da Diretora de Obras da Administração da Cidade do Jardim Botânico, Sra. Ana Cláudia Teixeira Pires; do Chefe da Unidade de Normatização da Coordenadoria das Cidades, Sr. Carlos Alberto Pettinatte; do Subadministrador da Área Central de Brasília, Sr. Luciano Lucas da Silva; do Presidente da Ascinsps, Sr. Elias Cavalcante Mendes; do representante da Assessoria de Gabinete da Região Administrativa III, Sr. André Mansur; do Sr. Edinaldo Santos da Silva; do Diretor de Obras e Serviços Públicos, representando nesta oportunidade o Administrador do SIA – RA XXIX, Sr. Maione dos Santos Dias.

Temos também uma mensagem enviada pelo Deputado Rôney Nemer:

“Venho parabenizar o Deputado Chico Vigilante pela iniciativa de criar a comissão geral para discutir os alvarás de funcionamento do Distrito Federal e os demais presentes.

Devido a compromissos anteriormente assumidos, não pude estar presente à comissão. Acredito que esta ação será mais um passo dado em direção à resolução do problema que vem assolando os comerciantes e trabalhadores do Distrito Federal.

Informo, ainda, que estou pessoalmente envolvido na criação do projeto de lei, elaborado pelo Governo do Distrito Federal, que buscará resolver definitivamente o problema dos alvarás de funcionamento, gerando tranquilidade aos empresários e trabalhadores e evitando questionamentos futuros.

Atenciosamente, Rôney Nemer - Deputado Distrital”.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado.

Combinei com o Deputado Paulo Tadeu para S.Exa. falar após a brilhante exposição da Sra. Danielle, porque sabíamos que ela e o Dr. Ornellas trariam os anseios do empresariado do Distrito Federal.

Vamos ouvir agora a palavra do Governo do Distrito Federal, na pessoa do Secretário de Governo, Deputado Paulo Tadeu.

Com muita honra, concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU – Meu boa-tarde a todas e a todos.

Eu quero inicialmente, em nome do Governo do Distrito Federal, parabenizar a Câmara Legislativa do Distrito Federal pela realização desta comissão geral e, é claro, parabenizar o Deputado Chico Vigilante pela iniciativa, juntamente com os demais Parlamentares.

Faço uma saudação ao Gleiston, Diretor-Geral da Agefis; ao companheiro Dirsomar, que representa o nosso Governo na relação com a micro e pequena empresa do Distrito Federal; à Danielle; ao Ornellas; ao Deputado Wasny de Roure;



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

ao nosso Presidente da Câmara, Deputado Dr. Michel; à Luzia; ao companheiro Moacir; ao Roberto Wagner; ao companheiro Leandro, da Procuradoria Geral; ao Deputado Joe Valle, que se encontra participando da nossa comissão geral; à Deputada Rejane Pitanga; a todos os administradores regionais que estão aqui presentes; ao companheiro Chico Machado, da nossa Secretaria; aos outros companheiros da equipe que aqui se encontram; ao Wilmar Lacerda; à imprensa e a todos os setores da sociedade.

É fundamental que entendamos que o Distrito Federal precisa sair da sua insegurança jurídica, aqui dita por vários oradores que passaram. Quando se constrói um diagnóstico da perda que o Distrito Federal vem sofrendo em relação a outros estados no que tange ao desenvolvimento econômico — não é, Moacir? —, vemos que é fruto de toda uma construção histórica que gerou uma das maiores crises da história republicana deste país. Infelizmente ninguém investirá em uma cidade que não possui nenhuma segurança jurídica. Ninguém investirá em uma cidade em que se assistem a cenas lamentáveis como essa a que estamos assistindo desde o início do carnaval e que nos faz lembrar tudo o que esta cidade passou.

Precisamos de segurança jurídica, segurança social, segurança econômica. Precisamos de segurança, porque sem a segurança necessária Brasília não vai dar a volta por cima como todos desejam, independente do partido a que cada um de nós pertença. Independentemente das nossas bandeiras, das nossas ideologias, das nossas vontades, nós queremos que esta cidade esteja no patamar de onde nunca deveria ter saído. Pertencemos à Capital da República de um dos países mais respeitados no mundo hoje. O Distrito Federal é Capital de um dos países mais respeitados do mundo. Não dá para um país ser tão respeitado, como é hoje o Brasil perante todo o mundo, e a nossa Capital ainda estar tão ferida, tão machucada, tão destruída no sentimento de representar esta Nação. Esse é o sonho, esse é o desejo e esse é o trabalho que nós queremos desenvolver no próximo período.

O Governador Agnelo tem dito e reiterado diversas vezes o objetivo de resgatar esta cidade para os brasilienses e, é claro, para o País. Nós temos uma série de ações e pautas que precisamos vencer. Uma delas é esse tema que está aqui colocado, que é o tema do alvará de funcionamento ou da licença de funcionamento.

Como o Chico disse muito bem no início da sua intervenção, várias experiências foram feitas no âmbito desta cidade nos últimos anos e todas elas acabaram no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, onde pelo menos 3 foram declaradas inconstitucionais. A última experiência não foi julgada no seu mérito, mas recebeu uma liminar suspendendo vários dispositivos dessa lei.

Então, qual é a proposta objetiva que o Governo traz hoje para este Parlamento e para a sociedade de uma maneira geral? Nós precisamos vencer essa etapa que está sendo discutida dentro do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. A Justiça precisa decidir se a lei que foi aprovada há alguns anos é constitucional ou



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

não. Seria muito ruim a gente já partir para um novo dispositivo sem antes ver vencida, no Tribunal de Justiça, a discussão que lá está colocada.

O Governo do Distrito Federal está empenhado em conseguir no Tribunal de Justiça uma vitória que nos dará a segurança necessária para dar prosseguimento ao dispositivo aprovado por este Poder há alguns anos que concede a chamada licença de funcionamento. Nas outras experiências houve discussões em cima do alvará precário, alvará provisório. Mas a última lei trata da licença de funcionamento. Sobre essa licença de funcionamento que está sendo discutida pelo Tribunal de Justiça, não foi concluída a discussão ainda, temos esperança de ganharmos no Tribunal de Justiça a constitucionalidade dessa matéria. Se ganharmos, estaremos dando um passo decisivo na solução dessa questão.

Mas é claro que a Justiça é independente, é soberana. Se porventura a Justiça do Distrito Federal decidir pela inconstitucionalidade da licença de funcionamento, o Governo do Distrito Federal já está preparado para iniciar, junto com este Poder e com a sociedade, Deputado Chico Vigilante, um novo dispositivo que procure resolver, de uma maneira ou de outra, de maneira definitiva essa situação.

Portanto, o que nós queremos dizer a esta comissão geral é que, se nós conseguirmos essa vitória nos próximos dias no Tribunal de Justiça, nós teremos praticamente zerado o jogo. Nós teremos uma lei constitucionalmente aprovada. Hoje se diz, em termos numéricos... Alguns apostam que a decisão do Tribunal de Justiça, em caráter liminar, não em caráter definitivo ainda, trouxe de imediato um prejuízo para 11 mil estabelecimentos. Depois foram feitos novos cálculos e se chegou a 20 mil. E hoje já se fala que em torno de 40 mil estabelecimentos no Distrito Federal estão desprotegidos.

É uma situação bastante complicada. É claro que ninguém em sua consciência pode imaginar que uma cidade sobreviva, ou melhor, exista, com 40 mil estabelecimentos comerciais a menos no seu dia a dia. O prejuízo econômico e social é enorme! O Distrito Federal tem a situação – é bom que todos aqui saibam – que começa antes da existência do próprio Distrito Federal: a situação fundiária. Até hoje se discute nesta cidade a quem pertence tal território, tal área do Distrito Federal. E não é uma situação fácil, pois temos situações que, desde o início do Distrito Federal, da fundação da nossa cidade, ainda estão sendo discutidas na Justiça.

Portanto, a situação fundiária é muito séria. Temos cidades inteiras construídas no Distrito Federal pelo poder público, como o Paranoá, o Itapoã, que não tem a sua situação fundiária regularizada. Por não ter a situação fundiária regularizada, há prejuízos enormes do ponto de vista econômico e social, não só para a população que lá mora, mas também para todo o Distrito Federal.

Tem-se, portanto, a necessidade de construção de um diagnóstico em cada cidade, em cada região administrativa. Aqui se construíram leis, se aprovou a criação



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

de novas cidades que sequer têm a poligonal decidida. Não se sabe onde começa nem onde termina a cidade. Esse é outro problema muito sério que precisamos resolver, temos o objetivo de resolver, além da questão fundiária, poligonal. Aqui foi falado sobre a questão dos PDLs. Se não me engano, apenas 6 cidades têm os seus planos diretores locais aprovados por este Poder Legislativo. Inclusive, em algumas cidades os planos já venceram. E esta Casa precisa discutir novos planos para essas cidades. Muitas delas sequer tiveram os seus planos diretores locais aprovados.

Sobre o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, uma polêmica enorme nesta cidade, o Governo já anunciou uma revisão. Por quê? Porque além das polêmicas existentes nesse plano diretor, vários de seus dispositivos foram declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça. E o Ministério Público recorreu à instância superior no sentido de fazer com que outros dispositivos também sejam declarados inconstitucionais.

Então, todos sabem que o comerciante, o empresário pensa assim: “Eu quero chegar ali no Governo, entrar com a minha papelada e em 24 ou 48 horas sair com o meu alvará de funcionamento, sair com a minha tranquilidade”. É verdade! O Governo do Distrito Federal também quer chegar a esse nível, chegar a este momento. Queremos construir uma série de políticas que possibilitem aos interessados, principalmente ao micro e pequeno empresário, sair em 48 horas com toda a sua documentação regularizada. Esse é o objetivo do nosso Governo, e vamos trabalhar nesse sentido, em busca desse objetivo. É evidente que esta é a nossa vontade. Porém, todos nós estamos submetidos a uma legislação e precisamos observá-la. Ela é passível de mudança? É passível de mudança. Ela não é estática, imutável. Nós, portanto, precisamos adaptar o Distrito Federal a uma legislação que garanta essa facilidade e essa rapidez.

Eu quero aqui dizer para vocês que temos vários temas que precisam de um tratamento de choque para que possamos garantir ao empresariado, às instituições filantrópicas, às creches – que também vivem situações semelhantes, não são apenas os empresários, não; temos instituições filantrópicas, sem fins lucrativos, que estão na mesma situação dos empresários no que concerne à questão do alvará ou da licença de funcionamento – e esses temas precisamos abraçar e discutir, porque realmente uma cidade que se prepara para realizar uma copa do mundo, que se prepara para fazer investimentos na ordem de mais de dois bilhões e quatrocentos milhões de reais no transporte, uma cidade que vem fazendo uma série de alterações, modificações e investimentos na área da Saúde, precisa estar preparada em todos os seus aspectos, em especial no aspecto do seu desenvolvimento econômico.

Sem desenvolvimento econômico, o Distrito Federal estará fadado ao fracasso. A Capital do país, como bem disse a Danielle, não sobrevive mais apenas do serviço público, ela precisa da iniciativa privada, ela precisa de um desenvolvimento econômico que garanta à população e aos trabalhadores emprego.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

Brasília tem um índice de desemprego acima do nível nacional. A média nacional é uma, e o nível de desemprego do Distrito Federal é 3 vezes maior do que essa média nacional. Como o Governo vai gerar emprego? Com a criação de cargos comissionados? Não. Vai criar com desenvolvimento econômico.

Por isso, o Governador Agnelo Queiroz tem se empenhado, dia e noite, juntamente com o Moacir, o nosso secretariado, para trazer empresas. Estamos trazendo para o Distrito Federal a EMS, que é uma das maiores indústrias farmacêuticas do País. Nos próximos dias, anunciaremos uma nova indústria farmacêutica que também virá para o Distrito Federal e, juntamente com ela, uma série de outras indústrias que estamos discutindo nacionalmente. Por quê? Porque temos a certeza de que o Distrito Federal diminuirá o desemprego que existe hoje quando adotar um modelo diferente de desenvolvimento econômico.

Então, tenham consciência de uma coisa: o Governo é parceiro. Ele não é inimigo dos empresários, dos comerciantes. O nosso Governo quer desenvolver esta cidade de maneira a trazer a segurança jurídica. Ali está o nosso Deputado Cláudio Abrantes, a quem também saúdo.

Sabemos das dificuldades que a sociedade enfrenta com a Agefis. O Gleiston já conversou várias vezes com o Governador. A Agefis não pode se colocar contra o desenvolvimento econômico da nossa cidade. Ela tem um papel importante a cumprir, como, por exemplo, ajudar uma igreja instalada em local errado, sem um laudo técnico, sem Habite-se. Sabemos que a cidade de São Paulo — o Lincoln, da nossa Secretaria, me dizia isto mais cedo — já aboliu o chamado Habite-se. Hoje existe o laudo técnico, que tem de ser respeitado. É um instrumento que dá uma garantia a quem está morando, habitando ou trabalhando em um comércio, uma residência ou mesmo em uma igreja. Isso vai desburocratizar uma série de questões. Queremos trazer para o Distrito Federal experiências que eles levaram daqui para lá. Lá funciona, e não há questionamento jurídico. Aqui, infelizmente, ainda existe questionamento jurídico. O Governo pretende adotar uma série de medidas para desburocratizar essa situação e garantir a segurança da cidade.

Esta cidade precisa também de planejamento. O Distrito Federal cresceu, nos últimos anos, sob uma visão em que o planejamento era desprezado, desconsiderado. Esse é outro processo que precisamos mudar. A cidade tem de crescer em seu ritmo, no ritmo da população e da sua necessidade, mas de forma planejada. Não devemos abandonar o planejamento, como foi feito aqui no passado.

Com essas palavras, quero dizer que, neste momento, o Governo está trabalhando firmemente para que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal julgue, o mais rápido possível, se a lei é constitucional ou não. Se a lei aprovada por este Poder Legislativo, há alguns anos, for declarada constitucional, que é o que queremos, trabalharemos no sentido de dar um passo adiante: reformular a lei, para que ela possa estar adaptada às necessidades de nossa população. Portanto, não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

partiríamos do zero. Porém, se o Tribunal de Justiça do Distrito Federal declarar a lei inconstitucional, ou dispositivos dessa lei, o Poder Executivo já estará preparado para enviar a esta Casa um novo projeto.

Queremos fazer algumas propostas, Deputado Chico Vigilante, Deputado Wasny de Roure, demais Parlamentares, Deputado Dr. Michel, Deputada Luzia de Paula, Deputada Rejane Pitanga, Deputado Joe Valle, Deputado Cláudio Abrantes, aqueles que passaram aqui, Deputado Agaciel Maia. Há bastante *quorum* aqui. Queremos propor a criação de uma comissão técnica entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, uma comissão paritária, para que possamos discutir essas matérias de maneira bastante democrática e transparente. Quando ela foi aprovada aqui, há alguns anos, várias emendas da bancada do Partido dos Trabalhadores e da Oposição foram rejeitadas só porque éramos Oposição. Diante daquela postura do Poder Executivo local, nós nos sentimos à vontade para votar contra a lei, que infelizmente está sendo questionada no Tribunal de Justiça.

Muitas das nossas emendas tinham como objetivo, Danielle, corrigir os erros do projeto original do Governo, mas como existia a visão de que Oposição não podia dar pitaco, tivemos todas as nossas emendas rejeitadas. Agora queremos mudar esse comportamento. Portanto, a proposta do Governo Agnelo é a criação de uma comissão técnica paritária entre Poder Executivo e Poder Legislativo, para discutir essa matéria.

O Poder Legislativo já está fazendo esse debate com vocês. Está aqui a comissão geral. Queremos, em um segundo momento, além do Poder Legislativo, estender esse debate construindo um pacto com a própria sociedade, com os representantes da sociedade, no que se refere às suas representações, às suas associações. Quanto ao Ministério Público, não há como deixá-lo de fora. Ele tem que participar desse debate, porque essa situação é muito séria, muito grave. Ela pode inviabilizar uma cidade, do ponto de vista social e econômico. Isso é grave, isso interessa ao Ministério Público. Portanto, queremos chamá-lo para esse debate. Queremos também que o Poder Judiciário possa participar dessa construção, para que esse projeto seja aprovado, se for o caso, de maneira a acabar com essa disputa, que traz perdas para a cidade e a população.

É evidente que existe uma série de instrumentos técnicos. Eu já disse isso aqui, mas quero reafirmar. Precisamos discutir estes instrumentos técnicos: o Código de Edificações da nossa cidade, a Lei de Uso e Ocupação do Solo, os Planos de Desenvolvimento Local – PDLs, o estudo de impacto de vizinhança, que ainda está muito mal. Quer dizer, não conseguimos avançar sequer um milímetro nesse debate, e precisamos avançar.

Aqui se colocou a questão dos estabelecimentos que funcionam dentro das residências. Isso acontece no mundo inteiro. O trabalhador trabalha na própria residência, na medida em que a residência não se transforme em um comércio que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

irá atrapalhar os vizinhos. Mas é possível, sim, garantir o funcionamento, em residência, de uma empresa que não traga prejuízo para a vizinhança. Isso é possível e acontece no mundo inteiro. Por que o Distrito Federal ficaria fora dessa onda global? É possível. Existem profissionais liberais que trabalham na sua residência. Até mesmo grandes empresas multinacionais já liberam seus empregados para desenvolver o seu trabalho dentro de casa. Então, esse é um processo que queremos discutir. É importante a discussão dessa questão.

Há também a Lei de Micro e Pequenas Empresas, que já está aqui na Câmara Legislativa e traz, em um de seus artigos, essa questão do alvará para micro e pequenas empresas. Mas é evidente que isso está em um contexto maior. Precisamos recepcionar, no Distrito Federal, a lei geral aprovada pelo Congresso Nacional, no que se refere a micro e pequenas empresas. O projeto já está aqui. Foi um projeto amplamente debatido, no ano passado e no ano retrasado, pelos vários poderes, pelas várias instâncias da sociedade, e aí está mais uma vez.

Quero, terminando minha intervenção — espero que eu tenha sido muito objetivo e muito claro quanto àquilo que o Governo do Distrito Federal pensa sobre esse tema —, abrir as portas do Poder Executivo, para que não só o Poder Legislativo — o companheiro corrigiu muito bem —, mas toda a sociedade possam participar da luta em defesa definitiva dessa questão e, evidentemente, se for necessário, da construção de um novo dispositivo legal aprovado por este Poder.

Parabéns, Deputado Chico Vigilante, pela iniciativa! Em nome do Governador Agnelo Queiroz, quero dizer do nosso respeito ao Poder Legislativo, do nosso respeito às instituições da sociedade, às organizações da população, aos empresários e aos trabalhadores. A reconstrução do Distrito Federal não será uma conquista de apenas um partido ou de um salvador da pátria, mas da construção coletiva de toda a sociedade.

Muito obrigado e até a vitória! (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta comissão geral, na tarde de hoje, só para demonstrar o interesse que ela despertou, Deputado Dr. Michel, nós temos a presença dos Deputados Agaciel Maia, Benedito Domingos, Chico Leite, Chico Vigilante, Cláudio Abrantes, Dr. Michel, Eliana Pedrosa, Joe Valle, Luzia de Paula, Olair Francisco, Professor Israel Batista, Rejane Pitanga, Washington Mesquita, Wasny de Roure. São 14 Deputados presentes. Já dava para aprovar a lei. Há mais duas mensagens dos Deputados Evandro Garla e Rôney Nemer. Portanto, são 16 Deputados interessados efetivamente nesse assunto.

Neste momento, concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO DR. MICHEL – Boa tarde a todos e a todas. Cumprimento a mesa na pessoa do nosso digníssimo ex-Governador, Dr. Ornellas. É com muito prazer que o temos compondo esta mesa. Para nós é uma honra tê-lo nesta Casa. Depois dessa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

grande explanação do nosso Secretário Paulo Tadeu e da nossa Presidenta da Associação, Dra. Danielle, fica muito difícil falar qualquer coisa.

Mas não poderia deixar de vir aqui falar um pouco da minha experiência enquanto delegado de polícia, tendo que fechar muitos estabelecimentos por ordem do Ministério Público ou por uma recomendação do Ministério Público. Eu me sentia muitas vezes aviltado na minha condição de delegado de polícia em não poder fazer nada, porque não havia o alvará em determinados estabelecimentos. Para mim era uma vergonha ter de chegar a um estabelecimento comercial, diante de uma pessoa que contrata mão de obra para trabalho, como foi dito aqui. E vai chegar um ponto em que Brasília não terá mais concurso, porque os concursos já estarão saturados. Vocês são as pessoas que estão absorvendo a mão de obra, e um delegado de polícia ter que ir à porta, fechar o estabelecimento por falta de um alvará, que não era culpa do comerciante? Vejam vocês a dificuldade! (Palmas.)

Então, vejam vocês que para mim era uma dificuldade muito grande fazer o que tinha de ser feito por causa de uma determinação judicial. Eu vim aqui deixar a minha solidariedade e dizer que, no que depender deste Deputado que hoje vos fala, nós vamos fazer o que for possível e o que for impossível para que vocês tenham regularizada a sua situação. Porque ninguém consegue viver em uma insegurança jurídica. Ao abrirmos a nossa empresa, sabermos que amanhã teremos que fechá-la. Eu nunca ouvi dizer, como disse muito bem a Presidenta da Associação: como você pode abrir uma empresa com tempo determinado de validade ou até de sobrevivência dela? Não existe isso. Nós, como partimos para o lado do empresariado, de abrirmos uma empresa, temos a intenção que ela cresça, que ela venha a se desenvolver para poder absorver mais mão de obra, pois é o que Brasília precisa. Depois de um ano, ela é fechada porque o alvará já venceu. Brincadeira! Isso não pode existir.

Nós, no Poder Legislativo – juntamente, como bem diz o nosso Secretário, que com muito boa intenção, com o Governador, vem aqui dizer isso –, iremos fazer uma parceria da comunidade, do Legislativo e do Executivo, para que possamos resolver esse problema. Mas é resolver, viu, Paulo Tadeu? Porque não adianta mascararmos a coisa, entra governo e sai governo e não resolver o problema. Então, eu quero dizer a vocês que neste Governo, como bem diz o nosso Secretário, como bem diz esta Casa, nós vamos resolver este problema custe o que custar. Vocês podem ter certeza disso. (Palmas.)

Eu quero agradecer a oportunidade. Deputado Chico Vigilante, V.Exa. está de parabéns! V.Exa. é um homem da cidade, um homem que labuta nesta cidade há muito tempo e sabe da necessidade que se tem do alvará. Eu quero dizer a você, Chico, que está de parabéns ao propor esta comissão que hoje está acontecendo aqui. Espero que haja outras, nós façamos várias, para que possamos não só discutir, mas resolver o problema.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

Muito obrigado pela oportunidade. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O Secretário Paulo Tadeu tem uma série de compromissos na Secretaria, e nós queremos agradecer sua presença. S.Exa. representou efetivamente o Governador Agnelo Queiroz. Os demais Secretários continuarão aqui.

Vamos ouvir, neste momento, o Procurador-Geral Adjunto do Distrito Federal, Dr. Zannoni, que é o homem que está fazendo a defesa da legalidade da lei perante o Tribunal de Justiça, e já trabalhando também, pelo que conversei com o Dr. Rogério, na elaboração do novo projeto, se for preciso apresentar.

SR. LEANDRO ZANNONI – Boa tarde a todos. Venho em nome do Procurador-Geral, e sou o Procurador-Geral Adjunto, nomeado hoje; portanto, esse é o meu primeiro ato. (Palmas.)

Eu gostaria muito de agradecer ao Deputado Chico Vigilante por ter convidado a Procuradoria a participar do debate, uma vez que a Procuradoria é o órgão jurídico do Distrito Federal, não só do Poder Executivo, mas um órgão jurídico que engloba todo o Distrito Federal, e a Câmara Legislativa está dentro do Distrito Federal. Como órgão jurídico, a Procuradoria cumpre as leis, e esse relacionamento com a Câmara Legislativa é muito importante, porque as leis vêm desta Casa.

Em relação a essa questão urbanística que está sendo discutida aqui, a Procuradoria vai oferecer subsídio jurídico. A Procuradoria já tem apoiado a lei em vigor, nós temos feito defesas nos tribunais, e infelizmente há uma liminar contra a lei. De qualquer forma, o que a Procuradoria defende aqui e oferece neste momento de subsídio, de apoio à Câmara Legislativa e ao Poder Executivo, é a defesa de um projeto permanente, algo mais definitivo dentro do planejamento urbano da cidade. É preciso muito cuidado para que, eventualmente, uma nova lei não seja inconstitucional. Dessa forma, teremos que observar, porque as outras leis foram consideradas inconstitucionais. Isso é muito importante ao se pensar numa nova lei.

Agora, quanto ao conteúdo dessa lei, eu acho importante o debate da sociedade. A Procuradoria vai oferecer mais um suporte jurídico. Quanto ao conteúdo das leis, acredito que a Câmara Legislativa tem conduzido bem. É extremamente importante ouvir os setores produtivos e as organizações não governamentais também, pois nem todos os setores prejudicados são aqueles que exercem atividades comerciais.

Dentro daquilo que falaram o Deputado Chico Leite, bem como a Deputada Rejane Pitanga e o Secretário Paulo Tadeu, reiteramos a necessidade de um projeto permanente para a regularização definitiva, porque todos estão defendendo algo que dê segurança jurídica aos empresários do Distrito Federal. O importante é isto, ou seja, algo com segurança jurídica. Aqui deixo claro o apoio que a Procuradoria vai oferecer ao Deputado Chico Vigilante, à comissão e a Câmara Legislativa do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

Obrigado pela oportunidade. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu fiz aqui um entendimento com o nosso Secretário Moacir e a Agefis, onde temos a maior dificuldade: vamos ouvir os 9 oradores inscritos e, posteriormente, usará da palavra o representante da Agefis e depois o Moacir, até porque eu acho que vocês têm muito a falar.

Concedo a palavra ao companheiro Presidente da Associação Comercial da Ceilândia, Clemilton Saraiva. (Palmas.)

SR. CLEMILTON SARAIVA – O que eu queria colocar em nome de todos os empresários do Distrito Federal, em especial da Ceilândia, é dizer aos Deputados que a proposta do Secretário Paulo Tadeu é, até certo ponto, protelatória. Porque eu vejo o seguinte, senhores: nós estamos diante de uma situação que a Justiça vai decidir no seu momento; a Justiça não decide por pressão da população, a Justiça decide dentro do seu tempo.

Então, eu vejo, Deputado Chico Vigilante, que o senhor encaminhou um tema, hoje, com maestria fabulosa. Por ser um homem do povo, e lá da Ceilândia, percebeu que o problema se agravou ainda mais lá, porque Ceilândia hoje tem parte da cidade composta por condomínios. Em parte desses condomínios, que representa inclusive 140 mil pessoas assentadas, mesmo de forma irregular, os comerciantes que estão lá vêm sofrendo diariamente com as fiscalizações. E todo mundo dizendo: “Cadê o alvará?” Como alguém vai pedir um alvará de alguém que está assentado e que o próprio Estado deixou assentar de forma irregular?

Eu vejo que nós devemos fazer uma provocação ao Governador Agnelo, que é um homem sensível aos problemas do Distrito Federal, que foi eleito para conduzir os problemas do Distrito Federal. Sabemos que ele tem enfrentado todos os problemas com muita dignidade, com muita força. Mas em relação a essa questão dos alvarás de funcionamento, não dá para ficarmos esperando uma decisão do Judiciário, porque se formos esperar uma decisão do Judiciário, vamos esperar o tempo do Judiciário. E a Agefis não vai esperar o tempo do Judiciário. Ela tem que cumprir a lei, e a lei vigente diz que quem não tem alvará de funcionamento não pode funcionar.

Deputado Chico Vigilante, Secretário Moacir, ceilandense, que conhece muito bem os problemas da população e conhece os problemas do empresariado, nós precisamos de alguma forma encontrar um meio de sensibilizar, se for possível, o nosso Judiciário, para que resolva essa questão de imediato. Se isso não for possível, que esta Câmara Legislativa, junto com o Governo do Distrito Federal, emita, aprove outro projeto que venha sanar esse problema, que é urgentíssimo. Se hoje não sanarmos esse problema, nós vamos perder as empresas que estão instaladas no Distrito Federal para o Estado de Goiás, porque lá existe uma lei em pleno funcionamento, e lá não sofremos esses problemas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

Nós vimos grandes empresários, querendo se instalar no Distrito Federal, dizendo: “Não vou para lá porque a insegurança jurídica do ponto de vista de instalação das empresas é muito grande.” E os pequenos que aqui estão hoje...

Deputado, V.Exa. mobilizou tanta gente porque teve a sensibilidade de tocar em um tema que vinha sendo protelado e que ninguém queria discutir. Hoje, nós trouxemos aqui 31 associações comerciais do Distrito Federal, trouxemos 17 Deputados para ouvir esse problema, porque esse problema é urgente. Não dá para esperar mais!

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Nós vamos ouvir agora o Presidente da União dos Quiosques, Similares e *Trailers* do Distrito Federal – Unitrailer, Sr. Luiz Ribeiro. Depois, o proprietário do Neto Lanches, Sr. Manoel Batista Neto.

SR. LUIZ RIBEIRO – Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizá-lo pela iniciativa. Ao cumprimentá-lo, cumprimento todos os Parlamentares presentes, os Secretários, a minha parceira, Danielle, e todo o segmento empresarial do Distrito Federal.

Tratamos de um tema polêmico e, ao mesmo tempo, inusitado, porque os quiosqueiros do Distrito Federal foram tratados com leis diferentes que estão em vigor. Infelizmente, há uma total falta de respeito com as leis aprovadas por esta Casa. Inclusive, Sr. Presidente, com mandado de segurança impetrado pela Unitrailer, segundo o qual os quiosqueiros que são membros da entidade não poderiam sofrer nenhuma ação fiscalizatória por falta do alvará de funcionamento. Infelizmente, essa medida liminar foi descumprida. Novamente, a Unitrailer voltou ao Judiciário para fazer valer os direitos da categoria. E aqui nós viemos pedir ao senhor, pois o empenho do Governador do Distrito Federal em nos atender é muito grande.

Quero parabenizar o Sr. Francisco Machado, à frente da Coordenadoria de Serviço Público, o esforço do Governo para que, o mais rápido possível, sejam entregues as permissões de uso aos quiosqueiros, porque muitos membros desta Casa conhecem a verdadeira saga dessa categoria em busca da regularização. E não é justo que continuemos a ser perseguidos.

Então, eu entrego duas ações judiciais a V.Exa. para que sejam distribuídas aos demais membros da lei. Uma é a obrigação de fazer, determinando ao Distrito Federal que retire da dívida ativa o nome dos quiosqueiros membros da Unitrailer, lei já passada pelo crivo do Ministério Público e totalmente legal; e a outra é a da regularização.

Eu agradeço ao Chico Machado por nos ter recebido e ajudado. Espero que resolvamos essas questões o mais rápido possível. Obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra ao Sr. Manoel Batista. (Pausa.) Manoel não está mais aqui.

Concedo a palavra ao Presidente da Associação Comercial e Industrial de Planaltina, Sr. Francisco Evando Ximenes Meneses.

SR. FRANCISCO EVANDO XIMENES MENESES — Boa tarde a todas e a todos. Primeiramente, eu quero agradecer ao Deputado Chico Vigilante por ter me mandado o convite, fiquei muito feliz em ter recebido. Eu estou aqui representando Planaltina.

Deputado, eu fico preocupado porque nós estamos em Planaltina há mais de 30 anos, há 27 trabalhando com comércio. Há 6 anos estou à frente da Associação Comercial — 4 anos na condição de Presidente e 2 na condição de Diretor —, e nunca vi tanta dificuldade nos comércios de Planaltina como tem acontecido nos últimos anos.

Só para se ter uma ideia, Sr. Presidente, há empresário que chega lamentando todos os investimentos que tinha; vendeu a casa, vendeu as suas economias, apurou-se tudo e pôs no comércio. Depois, o fiscal vai e fecha o seu comércio. A pessoa chega a um desespero absoluto, como se tivéssemos condições de fazer alguma coisa. Ontem, por exemplo, eu fui procurado por um empresário que está lamentando, pois está vendo o seu comércio fechando. Disse que deram 60 dias para ele. E ficou sabendo que depois que a fiscalização fizer todo o contexto da cidade, voltaria e fecharia os seus negócios.

Ora, como a Dra. Danielle falou em seu discurso anteriormente, como é que o empresário investe, dá emprego, gira os seus negócios, contribui com o Estado, e aí depois o Estado vai lá e fecha o seu negócio? Eu não concordo, acho um absurdo! Acho que o Estado tem condições de criar mecanismos, o mais rápido possível, para regularizar essa situação.

Eu quero agradecer mais uma vez, fiquei feliz em ver tanta gente disposta a lutar, à pessoa do Deputado Chico Vigilante — que é daqui e teve essa iniciativa —, e a tantos outros que vieram somar com os nossos pequenos empresários. Porque as associações comerciais geralmente dão suporte aos pequenos, os grandes têm a Fibra e tantas outras que dão um apoio bem maior, até mesmo o sindicato. As associações comerciais fazem um trabalho mais voltado para os pequenos. E é justamente pelos pequenos que estou aqui, para ajudá-los naquilo que eu posso.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O Sr. Manoel Batista Neto voltou? (Pausa.)

Eu quero chamar para compor a Mesa, até porque ele está inscrito para falar, o Coordenador das Cidades, nosso companheiro Chico Machado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

Concedo a palavra ao Chefe de Licenciamento de Atividades Econômicas de Planaltina, Sr. Gilvan Oliveira.

SR. GILVAN OLIVEIRA — Boa tarde a todos e a todas. Eu fico feliz, Deputado Chico Vigilante, em participar desta comissão, porque eu também represento a cidade de Planaltina e mexo com essa parte de alvarás. Eu tenho visto o sofrimento daquele povo. O povo chega ao ponto de vir chorando. Por quê? Por causa da pressão a que ele está sendo submetido pela fiscalização. Quando eles chegam ao comércio, eles não chegam só; às vezes chegam com policiamento, aquela pressão toda.

Então, eu peço à comitiva: são 17 Deputados que vão aprovar, tenho certeza. Eu vou levar isso para o pessoal de Planaltina. Tenho certeza de que logo vai sair essa lei, para que eles possam trabalhar sossegados. Sou contador, mas estou deixando de ser contador, estou voltando para o órgão público pelo seguinte motivo: são tantas taxas em cima dos comerciantes que eles não sabem nem mais o que fazer. Quando eu, como contador, ia buscar os honorários, eles não tinham mais condições de pagar os honorários, porque era taxa em cima de taxa, fora a fiscalização, e as multas são altíssimas.

E outra: na parte de lá – como a Sra. Danielle falou – nós estamos perdendo bastante comércio daqui para o lado de Goiás. Lá em Goiás, inclusive, um alvará sai no mesmo dia, a pessoa paga uma taxa no banco e em meia hora o alvará já está pronto. Em Goiás, até terreno eles estão dando. Aqui, não. Então, a Sra. Danielle se expôs muito bem. Eu parablenizo a senhora por ter falado.

Eu vou cobrar também do nosso representante de Planaltina, que é o Deputado Cláudio Abrantes. Tenho certeza de que ele está aqui e vai ajudar o povo lá de Planaltina. Deputado Cláudio Abrantes, tenho certeza de que você vai dar força lá para a gente.

Tenho visto, Deputado Chico Vigilante, muitas pessoas que estão em depressão. Os comerciantes estão em depressão. Eu peço ajuda mesmo ao senhor, com a sua participação e essa sua iniciativa.

Agradeço a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Vamos ouvir agora o Sr. Julimar Gonçalves. (Pausa.) O senhor está abrindo mão, Sr. Julimar? (Pausa.) Está certo.

Convido para fazer uso da palavra o Presidente da Associação Comercial da Estrutural, Sr. Elias Cavalcante Mendes.

SR. ELIAS CAVALCANTE MENDES – Quero cumprimentar o Deputado Chico Vigilante, os Deputados desta Casa e os demais presentes: empresários e presidentes de associações comerciais.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

Eu quero fazer, Deputado Chico Vigilante, uma pergunta muito simples: como o Governo do Distrito Federal aceitou criar tantas cidades, tantos comércios, aceitou registrar as empresas? As empresas têm CNPJ, têm toda a documentação, e um documento simples como um alvará de funcionamento, nós não temos. E pior, não temos onde buscá-lo. Esse é o maior problema.

Outro grande problema que o Distrito Federal enfrenta é o seguinte: a cidade de São Paulo, por exemplo, funciona durante 24 horas; no Distrito Federal, esta Casa aprovou o projeto de uma lei seca que diz que às 10h o comerciante tem que fechar. Isso gera desemprego na máquina pública, diminui os empregos na máquina pública. Nós tínhamos quase 22 mil comissionados, hoje estamos com 10 mil. É desemprego na iniciativa privada. São derrubadas de *trailers* e de quiosques.

Veja uma região administrativa como a Estrutural: ela está sendo forçada a fechar seu comércio. Alguns empresários, inclusive presentes aqui, têm toda a sua documentação e só esperam o alvará de funcionamento, mas em vez de a Agefis fechar o comércio que não tem nenhum documento, ela primeiro vai fechar aquele que tem documento. Isso é uma vergonha para o Estado, para o Distrito Federal, para os governantes e para nós também, como presidentes, que ficamos com as mãos amarradas.

Muito obrigado, e espero que essa comissão providencie o mais rápido possível, não dependa dessa demora das leis, porque a gente sabe que demanda muita coisa. Espero que haja uma providência imediata, ou a curto prazo, que a longo prazo eu sei que vocês providenciarão essa lei.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Vamos ouvir agora o assessor parlamentar da Deputada Celina Leão, Sr. Sandro Vieira.

SR. SANDRO VIEIRA – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde aos comerciantes aqui presentes. O Sr. Euclides, com a equipe de Samambaia, esteve em nosso gabinete há um mês, numa sexta-feira à noite, com alguns empresários — inclusive um deles estava chorando porque tinha que fechar o seu comércio, estava realmente numa situação horrível —, quando a Deputada e sua assessoria começaram a trabalhar: fizemos uma reunião aqui neste auditório com quase duzentos comerciantes de Samambaia, e logo depois V.Exa. propôs essa comissão geral, porque, realmente, estamos tentando buscar um caminho.

Estive sábado lá em Samambaia, e até sem planejar, estava em dois comércios e encontrei o Sr. Euclides em cima de um trio elétrico, convidando a comunidade para estar aqui.

Esse problema não é só de Samambaia, é de Brasília toda. A lei, Deputado, realmente não foi toda julgada inconstitucional, ela tem artigos que são constitucionais. E a lei é muito boa. O artigo 10 dessa lei regulamenta, no Distrito Federal, a Lei Complementar nº 123, de 2006, que é a Lei da Microempresa. Ele realmente não foi questionado e tem como aplicar; se houver bom senso, é possível



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

expedir alvará com base na Lei Complementar nº 123, de 2006. Eu sei que tem um projeto da microempresa aqui, mas, independente dele, a assessoria jurídica do gabinete, junto com a Deputada, está analisando, produzindo um documento para que o Governo possa ter boa vontade e consiga, Deputada, expedir alvará com base nessa lei complementar, que é a Lei da Microempresa, da Pequena Empresa e da Empresa de Pequeno Porte. Esse é um caminho.

Mas o que eu pude entender é que nós estamos querendo algo mais concreto e mais imediato. Eu acho que o Secretário do Governo foi feliz: temos de aguardar a decisão da liminar. Nós sabemos que, para algumas concessões de liminar, gastam-se 10 anos para se julgar o mérito. Temos ainda hoje, desde o início da Lei Orgânica, alguns artigos que estão aguardando o julgamento do mérito. Se formos aguardar 10 anos, os empresários já terão morrido, já terão falido, não vamos ter o que fazer.

Eu acho que o que os empresários estão querendo que nós tentemos tirar daqui, e o que V.Exa. conduza perante o Governo talvez sejam dois caminhos. Um seria este: expedir alvará com base na Lei Complementar nº 123, de 2006, a Lei da Microempresa. Se precisarmos aprovar a nova Lei da Microempresa que está aqui, que os senhores tentem agilizar esse projeto que está aqui na Casa, pois já resolveria o problema de 80% dos que estão aqui.

Mas eu acho que nós temos de ter também um código de postura aqui do Distrito Federal. Realmente está faltando um código que possa regularizar o Habite-se. Hoje, do jeito que está a lei, só se pode expedir alvará se houver Habite-se, e quase 100% de Samambaia não tem escritura, que é o básico para se ter um Habite-se. Então, está faltando mesmo aprovar aqui um código de postura do Distrito Federal, para que a gente possa regularizar esse Habite-se.

Agora, o que queríamos pedir mesmo, e por isso eles nos procuraram, é que o Governo — não pode ser a Câmara, deve ser o Governo — faça um termo de ajustamento de conduta – TAC com o Ministério Público, para que, até que se julgue a liminar, ou até que se aprove essa lei do código de postura, expeça-se, sim, o alvará para os comerciantes que estão aqui, porque realmente eles devem trabalhar. Como eu contei, no grupo que nos procurou tinha um senhor chorando, não sei se ele está aqui hoje; foi terrível, mas graças a Deus ele conseguiu, por liminar, manter o comércio aberto.

Então, a proposta da Deputada Celina Leão seria esta: elaborar um TAC, regulamentar a Lei Complementar nº 123, de 2006, no Distrito Federal e expedir com a maior urgência possível o alvará dos comerciantes.

Obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Ouviremos mais dois inscritos e, em seguida, o Sr. Gleiston, da Agefis. Primeiro falará o Coordenador da Associação Comercial e Industrial de Samambaia, Sr. Euclides, e por último o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

Presidente da Associação Comercial e Industrial do Núcleo Bandeirante, Sr. Valdemir Hass.

SR. EUCLIDES – Sr. Presidente, Deputado Chico Vigilante, todos os Parlamentares, todos os empresários, desculpem-me, mas eu gostaria de perguntar se ainda tem alguém de Samambaia aqui.

(Manifestação da galeria.)

SR. EUCLIDES – Deputado, eu quero dizer ao senhor, com muito respeito à Câmara Legislativa, que a gente apanhou 4 anos aqui. Quatro anos de peia! E Samambaia veio naquele dia com duzentas pessoas aqui, o senhor acompanhou: empresários chorando, empresários fechando as suas empresas, não só por culpa da Agefis, mas por irresponsabilidade do Ministério Público, que não se fez presente aqui hoje. Era para estar presente, Deputado! Porque ele é quem mais está fazendo pressão. Hoje, qualquer pessoa, um morador, chega numa empresa lá e diz: “eu vou mandar acabar com o seu comércio”. Chegam lá 3, 4 pessoas fazendo pressão em cima dos comerciantes.

Foi dito aqui pela Sra. Danielle que a gente tem de respeitar os comerciantes que geram empregos em Brasília, porque os empresários são os verdadeiros gigantes nesta cidade, começando pelos pequenos, que são os quiosqueiros e os microempreendedores, chegando até ao grande empresário, Deputado. Nós vamos mudar essa cidade com seriedade, porque eu não roubei, eu não roubo.

Tem uma coisa importante nesta cidade: transparência. Eu quero que neste Governo haja transparência, Deputado. Porque eu ouvi muita conversa bonita aqui hoje, mas para agir mesmo, eu quero que essa realidade comece por Samambaia. Samambaia é a cidade mais sofrida, é a cidade que é mais perseguida por fiscais.

Hoje chega o delegado de polícia no comerciante, leva o comerciante preso. Por quê? Eu acompanhei alguns flagrantes. É porque estão levando um botijão de gás ali. O Vazino está aqui para testemunhar isso. “Ah, rapaz, isso é uma falta de vergonha! Levou o cara preso porque estava fazendo mudança de 3 botijõezinhos de gás”. Ele é funcionário da empresa!

Deputado, eu faço essas correções porque eu sei da sua seriedade e transparência. Eu quero contribuir, Sra. Danielle, porque eu não quero sofrer mais um desastre, mais uma decepção nas minhas empresas. Veja bem, eu sou um empresário vencedor, não um fracassado, e esse povo aqui é que irá fazer a diferença no Distrito Federal. Eu tenho fé em Deus, porque nós vamos ver isso, Deputado Chico Vigilante. Esses empresários têm de ser respeitados, esses empresários é que fazem isto aqui, e isto aqui é o dinheiro deles. O salário que vocês recebem somos nós que pagamos para todos os Deputados. Nós não podemos mais ficar ouvindo conversa fiada. Pode ser o Governador!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

Deputado Chico Vigilante, essa abertura que fizeram aqui na Câmara de cassar os Deputados foi muito boa. Foi muito bom para sabermos quem defende a cidade; foi muito bom para sabermos quem está ajudando a cidade a crescer. Realmente foi muito bom. Nós queremos saber, de agora para frente, quem é que irá trabalhar com transparência e pedimos à Câmara Legislativa transparência total.

Quero dizer e repetir que o meu governador em Brasília hoje, Deputado Chico Vigilante, chama-se Jesus Cristo. É o maior poder depois do homem, porque o povo está botando a cabeça para acabar com os comerciantes. Eu quero só finalizar dizendo que quero colocar o meu nome nessa comissão, Sra. Danielle.

Muito obrigado e um beijo no coração de cada um de vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra ao Sr. Valdemir Hass, Presidente da Associação Comercial e Industrial do Núcleo Bandeirante.

SR. VALDEMIR HASS – Boa tarde a todos. Quero agradecer a Deus por esta oportunidade, Deputado Chico Vigilante. V.Exa. sabe que, de longas épocas, na Ceilândia, conhecemos as dificuldades. Parabenizo a Mesa, os colegas da Associação Comercial, a Sra. Danielle, que nos representou muito bem. Mas eu queria hoje dizer que os grandes heróis desta Casa são os heróis de verdade. Heróis e heroínas são esses comerciantes e as pessoas que vieram aqui em busca dessa causa, em que estamos representando todo o Distrito Federal no anseio de toda uma cidade que está em risco.

Deputado Chico Vigilante, eu queria dizer que nós, os comerciantes, há muito tempo vimos agonizando. Eu queria fazer uma pergunta aqui: se o cidadão chegasse com uma receita dizendo que estava com a saúde precária, alguém arrumaria um empréstimo para ele ou algum crédito? Nós tínhamos, no passado, o nosso alvará precário. E agora estamos agonizando, estamos à beira da morte, mesmo porque nem esse precário temos mais. Eu queria dizer ao nosso Secretário de Desenvolvimento Econômico, que é conhecedor e está assumindo a pasta, que estamos aqui para ajudá-lo.

Nós estamos perdendo aquilo que é mais precioso para o Distrito Federal, que é o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, porque constantemente o gerente da minha cidade me chama e fala: “Valdemir, eu estou com o dinheiro aqui do FCO”. Ainda no ano passado, ele me disse: “Temos quarenta milhões e não temos onde colocar esse dinheiro. Vamos perder o fundo para o Mato Grosso e para o Goiás”. E nós vamos perder esse fundo por incapacidade de gestão de utilizar o recurso, porque não damos ao empresário a verdadeira identidade de que ele é empresário. Ele não tem alvará, ele chega ao banco e não pode pleitear o recurso, e o banco não tem como emprestar porque ele não existe legalmente. Uma vez perdido esse recurso, jamais poderemos pleiteá-lo de volta porque vai para outros estados. Então, essa será uma lacuna que não haverá mais como corrigir.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

Eu só queria fazer essa colocação para que esta Casa e também nosso Secretário de Desenvolvimento Econômico auxiliem e pensem que os nossos Pró-DF estão uma verdadeira ruína. Estão liquidados, parecendo aqueles cemitérios abandonados lá da época da ditadura. Nós precisamos fazer alguma coisa.

Eu quero dizer que vamos todos unir forças para vencer essa batalha. Agora, não podemos esperar que o Ministério Público faça esse projeto. Nós precisamos é de uma solução para ontem. Não é nem para hoje, porque uma empresa fechada não se habilita mais, não. Ela vai para o Serasa, fica negativada e não tem mais como se habilitar.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Por onde quer que nós andemos, uma das maiores reclamações que recebemos é com relação à Agefis. Eu, outro dia, tive oportunidade de conversar com o Sr. Gleiston a respeito da atuação da Agefis. Ficamos mais de uma hora conversando, e eu fiz questão de convidá-lo para estar aqui hoje, a fim de conversar com vocês e ouvir a angústia de vocês com relação às ações feitas pela nossa agência de fiscalização.

Nós chamamos o Ministério Público do Distrito Federal também, porque entendemos que o Ministério Público não está acima da lei; ele é fiscal da lei, mas não está acima da lei. Nós entendemos que o Ministério Público do Distrito Federal precisa ter o comportamento de quem depende desta cidade também. Eu fico meio preocupado porque, como o Ministério Público é do Distrito Federal e Territórios, ele é custeado, mantido pela União. Mas eles precisam entender que temos outra vida, como disse aqui a Sra. Danielle, além da Esplanada dos Ministérios. Há muita gente que não conhece essa outra vida.

Outro dia, tive a oportunidade de estar no Riacho Fundo II conversando com a Administradora e constatei que o Riacho Fundo II não tem um único pedaço legal. Eu pergunto: as pessoas têm culpa de serem colocadas na ilegalidade? Não têm. O culpado da ilegalidade foram as autoridades que transformaram aquelas pessoas naquele estado de coisas. O Estado transformou aquelas pessoas. Conversei com o nosso Procurador-Geral do Distrito Federal, o Dr. Rogério, e até o levei lá para ver, sentir de perto a situação e verificar como vamos encontrar uma maneira de legalizar o Riacho Fundo II.

Sou morador da Ceilândia, bem como a Deputada Luzia de Paula e o Sr. Moacir, que nasceu empresarialmente na cidade, porque lá chegou aos 5 anos de idade e lá se criou. Hoje, há uma outra Ceilândia, que as autoridades não conhecem, que é o Sol Nascente, o Pôr do Sol. São mais de 60 mil moradias e um sem-número de estabelecimentos comerciais que estão lá. Eu pergunto: se fecharmos tudo aquilo, já imaginou o quanto isso vai colaborar para o aumento do índice de violência no Distrito Federal?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

Eu vejo ali o Sr. Júlio, que é Administrador de Águas Claras, onde também há problemas de ilegalidade, mesmo tendo sido planejada e tudo. Portanto, ou nos debruçamos efetivamente sobre esse assunto e nos encaminhamos para resolvê-lo, ou vamos ficar mais 15 anos falando disso, falando, falando e, a cada dia, mais as pessoas sofrendo.

O Estado — foi importante a vinda de tantos Secretários — precisa compreender que ele não pode ser opressor do desenvolvimento. O Estado não pode ser tolerante, mas também não pode agir com a intolerância que tem acontecido no Distrito Federal. Ele não pode ser leniente, mas tem de verificar que, muitas vezes, é comum, no Brasil, muitas coisas existirem de fato e não de direito. Existe de fato, e você tem de fazer com que exista de direito.

Quantas profissões, Sr. Moacir, desapareceram e quantas surgiram! Se você perguntar em volta de nós, verá que há muitas profissões que desapareceram, profissões que eram, inclusive, legalizadas. Outras surgiram e estão à margem da lei. E aí vamos dizer que são marginais? Nem tudo que está à margem da lei é marginal. Isso o Distrito Federal precisa compreender. Portanto, não pode, em hipótese alguma, um comerciante ser tratado como um traficante de drogas, e é isso que tem ocorrido. (Palmas.)

Quando algemam, prendem, fazem da maneira como tem sido feito no Distrito Federal, e a imprensa dá cobertura ao fato, muitas vezes, a pessoa que está sentada no sofá da sala de sua casa assistindo não sabe distinguir se era um comerciante honesto ou se era um traficante, dada a truculência com que o Estado tem tratado as pessoas de bem no Distrito Federal.

Concedo a palavra ao Diretor Geral da Agefis, Sr. Gleiston M. de Paula.

SR. GLEISTON M. DE PAULA – Boa tarde a todos. Deputado Chico Vigilante, eu gostaria de parabenizá-lo porque sou servidor de carreira há 17 anos e assisto a essa novela há 17 anos como servidor de carreira. Não há solução para esse problema, mas o Governador Agnelo, no primeiro dia de governo, convocou – inclusive eu estava lá, não havia sido nomeado, mas fui convocado –, deu uma missão para todo mundo. Nosso Secretário Dirsomar está aqui também, para tentar achar uma solução para esse problema que, no nosso entender, é uma crise socioeconômica. Infelizmente, nós estamos do lado que tem que fiscalizar. É a nossa função, e nós temos também quem nos fiscalize.

Eu tenho recebido vários comerciantes. Sinto aperto no coração quando vejo toda essa situação. Sou nascido e criado em Brasília. Devo frequentar restaurante que não tem alvará, não vou ficar procurando se tem ou não. Vou ao cinema. Minhas filhas devem ir a locais que não têm alvará. Essa, infelizmente, é uma situação do Distrito Federal. Então, Deputado, vale essa união de todos os órgãos, da comunidade, da associação comercial.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

Já estive várias vezes com a Danielle na Agefis no ano passado. Nós estamos discutindo. Existem várias discussões. O Governador, então, determinou, eu peguei a minha equipe da Agefis, pois há vários técnicos que têm conhecimento profundo – está ali o Branquinho – e fizeram vários estudos, os quais já foram encaminhados ao Secretário Dirsomar e ao Secretário Paulo Tadeu, para ver se nós conseguimos uma solução definitiva. Nós temos algumas visões. Eu vou dar um exemplo aqui. Eu sabia nessas pesquisas que, no Rio de Janeiro, favela tinha alvará de funcionamento. Acabei de vir de lá, inclusive estou de férias, mas fiz questão de vir aqui, Deputado, porque eu quero participar dessa discussão. A Agefis quer participar. Eu não quero receber os senhores só com o papel amarelo, eu quero um dia recebê-los para tomarmos um café, trocar uma ideia, porque nós temos que ser parceiros. Eu nasci aqui. Essa cidade tem que se desenvolver. Eu quero que ela se desenvolva.

O Georgeano já foi diretor da Agefis. Nós somos de carreira, nós temos essa preocupação. Infelizmente a bomba está estourando do nosso lado. Como disse o Deputado Magela, nós somos a Geni da vez. Mas a gente quer passar um batom nessa Geni, arrumar o seu cabelo porque queremos ver essa cidade se desenvolver. Essa é a nossa visão lá na Agefis, com a minha direção.

Nós queremos ser um órgão propositivo, mas eu tenho o dever legal de ter que fazer, porque eu tenho quem me fiscaliza, e me fiscaliza com força, não só a mim como a todos os meus auditores. Sei que existem algumas ações que passam do limite. A nossa orientação na Agefis é que se trabalhe de forma educada, tranquila, sem truculência, com respeito. A gente sabe que infelizmente há pessoas que acham que são maiores que as outras. Infelizmente quem se dá com pessoas corre o risco de toda essa situação.

Mais uma vez parableno o Deputado, o Governador Agnelo, que está empenhado nisso, o Secretário Paulo Tadeu, a Associação Comercial e o Dirsomar, com quem eu tenho conversado. Nós conversamos, às 10h, 11h da noite ele me liga: "Isso aí, como é que a gente faz?" O Governo está buscando a solução definitiva. Vamos torcer. Vamos unir forças para que isso seja solucionado. A Agefis está à disposição dos senhores, da Associação Comercial. Qualquer dificuldade, qualquer dúvida nos procurem que vamos conversar, vamos mostrar aos senhores que o problema não é esse bicho papão todo, não.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra ao Sr. Chico Machado.

SR. CHICO MACHADO – Boa tarde. Queria cumprimentar o companheiro Deputado Chico Vigilante, a companheira Deputada Rejane Pitanga e o companheiro Deputado Wasny de Roure pela iniciativa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

Eu quero primeiramente fazer um registro de quanto é importante essa reunião, porque como o próprio Paulo Tadeu, nosso Secretário, registrou aqui, o Governo tem o maior interesse em destravar a liberação desses alvarás. Eu acho que quando nós juntamos o Executivo, o Legislativo, os comerciantes, a sociedade, não existe força para se contrapor a esse movimento. Nós temos que ter clareza disso.

O registro que faz aqui o representante da Procuradoria do DF deixa bem claro que acompanha inclusive as iniciativas que nós estamos realizando para destravar essa situação. A tática que nós estamos levantando – e foi registrado aqui pelo companheiro Secretário de Governo – é a tática de derrubar a ação de inconstitucionalidade que o Ministério Público levantou. Essa é a tática. Não posso concordar com a ideia de que essa tática pode ser tomada como uma forma de procrastinar a decisão. É exatamente o contrário, exatamente o contrário.

Desde que nós assumimos o Governo – particularmente quando assumi a Coordenadoria das Cidades – estamos discutindo essa questão. Constituimos um grupo, do qual faz parte nosso representante da unidade de normatização, o companheiro Pettinatte, que junto com outros companheiros estão discutindo uma saída.

A nossa coordenação jurídica, junto com outros companheiros, que hoje nos assessoram, tem clareza total de que a ação de inconstitucionalidade levantada pelo Ministério Público é equivocada. Nós já fizemos uma reunião com os representantes do Ministério Público para fazê-los ver que a ação que está caminhando é uma ação que pode ser facilmente ser derrubada. Então, nós estamos trabalhando com esse propósito. É esse propósito que queremos colocar como primeiro plano.

É verdade, sim, que a nossa Lei nº 4.457 tem de ser refeita, tem de ser atualizada. Mas essa é uma discussão que, eu entendo, tem de ser de maior profundidade, porque o público, os comerciantes, os quiosqueiros que estão presentes aqui não podem mais esperar. Isso é absolutamente claro para todos nós. Nenhum pai de família, nenhum empreendedor que hoje está com o seu estabelecimento encerrado, com a ameaça inclusive de ser registrado no Serasa da vida, com seus negócios comprometidos, pode aceitar que um ato que foi defendido pelo Ministério Público possa continuar, quando todos nós entendemos que é absolutamente questionável. Eu acho que tem de ser essa a questão que devemos levantar.

Se por acaso – eu não posso acreditar em outro caminho –, unidos, com todas essas forças que estão aqui, inclusive com a nossa Procuradoria, não conseguirmos derrubar, em um tempo que nós podemos inclusive estabelecer, aí eu acho que é possível entrar com outro projeto. Mas não pensem os senhores que, se não derrubarmos esses artigos, que na verdade são 4 artigos, não enfrentaremos futuros problemas com a lei que aprovamos aqui. Nós temos que ter a clareza disso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

É por isso que eu quero, Deputado Chico Vigilante, que esse encontro se some à proposta que o Deputado Paulo Tadeu trouxe aqui. Nós precisamos imediatamente investir na retirada, ou na derrubada dessa ADI que não procede e prejudica centenas de milhares de trabalhadores, centenas e até milhares de comerciantes, quiosqueiros. Isso é que tem de ficar claro para nós! Essa é a ação que eu peço que nos preocupemos. Garantam a unidade entre as pessoas que estão aqui, entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo para irmos em frente.

Portanto, para reforçar esse propósito, eu quero dizer exatamente o que eu disse no começo: nós temos interesse em resolver esse problema. Nossos administradores, Deputado Chico Vigilante – eu até me inscrevi, pois aqui há inúmeros administradores que são companheiros –, lá na ponta, recebem essas demandas, os pedidos de licenciamento, mas não conseguem processar, porque nós estamos impedidos por essa ADI. Nós queremos, nós precisamos suspender essa ADI. As pessoas têm de entender que não somos responsáveis por tudo o que hoje está acontecendo no Distrito Federal. Nós já herdamos isso. Quando nós chegamos, essa ADI já tinha sido decretada. Aliás, já tinha obtido a liminar, mas num outro contexto. Hoje o contexto é o caminho da legalização das áreas. O caminho é de construção, inclusive, de uma Brasília legal. É isso que tem de ficar evidente para todos nós.

Eu quero pedir aqui um voto de confiança. Mas um voto de confiança não só onde nós ficamos tocando o carro e as pessoas esperando; um voto de confiança em que todos participem, que se somem para que realmente possamos conseguir.

Obviamente, precisamos, sim, discutir novamente essa lei que, em minha opinião, tem alguns dispositivos que estão desatualizados, pois Brasília mudou, apareceram vários outros empreendimentos sobre os quais temos que tratar na nova lei. Mas agora, o que nos interessa é retirar essa ação de inconstitucionalidade dos artigos da Lei nº 4.457. Esse é o passo que temos de reafirmar, pois, dessa forma, eu tenho certeza de que estaremos retomando o funcionamento de todos os nossos empreendimentos, sejam os quiosques, sejam os comércios, sejam as pequenas empresas, sejam as microempresas.

Então, é esse o desafio que eu queria propor para vocês, é esse o voto de confiança, mas não é uma confiança que só se reproduz em voto. Esse é o caminho que desejo, para que todos nós possamos participar e conseguir, com êxito, derrubar essa ADI daqui alguns dias.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Nós estamos caminhando para o final da nossa comissão geral.

Vou passar a palavra ao Sr. Secretário Dirsomar Ferreira Chaves. Por último, concederei a palavra ao Sr. Secretário José Moacir de Sousa Vieira.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

SR. DIRSOMAR FERREIRA CHAVES – Eu quero agradecer a oportunidade desse espaço legislativo e a iniciativa do Deputado Chico Vigilante, do Deputado Wasny de Roure e da Deputada Rejane Pitanga deste momento de reflexão.

Nós da parte do Governo temos a disposição de resolver os principais problemas da cidade, em especial, aquilo que foi lembrado pelo Secretário Paulo Tadeu com relação às micro e pequenas empresas, geradoras de emprego no Distrito Federal.

Deputado Chico Vigilante, cumprimentando e agradecendo a sua iniciativa, estendo o agradecimento a todos os deputados da Câmara Legislativa, que têm tido uma atenção especial – e aí eu sou testemunha disso – quando o tema diz respeito a alvará de funcionamento e à regulamentação da Lei nº 123, para fazer com que as micro e pequenas empresas possam ter todos os benefícios da lei federal.

Fazendo uma reflexão rápida, mas importante, eu gostaria de lembrar que, dos empregos gerados nessa cidade, uma ordem superior a 80% dos empregos – que significa a superação de grandes problemas sob o ponto de vista da violência e da educação –, são gerados pelas micro e pequenas empresas do Distrito Federal. Ora, se 80% dos empregos são gerados por esses setores, não é possível imaginar ações do Estado que proíbam ou coíbam as iniciativas de abertura de uma pequena empresa ou sequer fechem as pequenas e microempresas por falta de alvará.

Nesse sentido, diversas vezes nós estivemos nas Agefis buscando solução para isso. Desde o dia 1º de janeiro, por determinação do Governador, chamamos alguns em um canto e dissemos: “Essa solução tem de ser imediata”. Portanto, há uma determinação do Governo do Distrito Federal para que se busque uma solução, encontre-a onde tiver de encontrar.

Esta Casa Legislativa é a grande parceira para isso, e os movimentos sociais também. E aqui, Danielle, reforço e parabênizo todos vocês, porque não é fácil representar comunidades ou setores organizados. É difícil! Portanto, o Estado, o Governo e a Câmara Legislativa precisam, de fato, fazer com que vocês, presidentes de associações, dirigentes e diretores, sejam reconhecidos pelo papel que estão fazendo e busquem, junto com vocês, as soluções imediatas, porque são vocês que asseguram o processo.

É preciso reforçar também a presença dos setores de vocês na elaboração de projetos. Foram entregues ao Governador, no período da campanha, diversas propostas, tanto da Fecomércio, quanto de federações de micro e pequenas empresas, enfim, de diversos segmentos, com a solicitação de políticas públicas. Quero relatar algumas delas para vocês, para mostrar o grau de importância que tem a questão do alvará, porque sem esses outros procedimentos, nós não vamos conseguir esses resultados.

Um deles é a regularização fundiária. Alguém levantou essa questão aqui. Sem regularização fundiária, é difícil conseguir o Habite-se, e sem ele é difícil



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

conseguir o alvará. Essa é uma lógica que precisa ser repensada: se o Habite-se é condicionante para alvará. Na Agefis, essa é uma reflexão feita por todos.

Daí que o projeto de lei que está aqui na Casa, Deputado Chico Vigilante, que regulamenta o art. 7º da lei federal, restabelece nos seguintes termos: “Exceto nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado alto, os órgãos do Distrito Federal emitirão alvará de funcionamento provisório que permitirá o início da operação do estabelecimento imediatamente após o registro”. Isso é lei federal. A extensão dela está proposta na regulamentação com os seguintes elementos: nos casos referidos no *caput* desse artigo, poderá ser concedido alvará de funcionamento para as entidades preferenciais, as pequenas e microempresas, instaladas em áreas desprovidas de regulação fundiária legal ou em regulamentação precária.

O que isso significa? O Gleiston muito bem se lembrou disso. Significa que nós teremos a possibilidade de levarmos ao Judiciário – não foi considerado inconstitucional esse dispositivo na lei federal – esse procedimento para em torno de 30 mil pequenos e microcomerciantes do Distrito Federal. São aqueles de São Sebastião, Riacho Fundo II, Parque Santa Maria, Ceilândia, Itapoã, Arapoanga, Vicente Pires, toda essa região que não teve a regulamentação. Uma das procuras imediatas é que a Agefis possa, sob esse entendimento, criar mecanismos mais ágeis, no mínimo, para fazer a sua extensão de prazos para que haja fechamento de estabelecimentos em curto prazo, baseado já em alguns princípios da legislação.

Acreditamos que, pela Secretaria da Micro e Pequena Empresa, possamos conseguir que algo em torno de 30 mil estabelecimentos possam ter imediatamente uma resposta menos agressiva do ponto de vista do cumprimento de uma determinação do Ministério Público, porque estão sendo negociados, de fato, entendimentos com o Ministério Público.

Para concluir, outro elemento são os incentivos. Nós estamos trabalhando elementos, além do alvará, que sejam importantes e fundamentais para o curto prazo. Esta Câmara, na pessoa do Deputado Chico Vigilante, poderia continuar fazendo alguns debates para esse segmento. São programas como o Refaz das micro e pequenas empresas, que há tempos tem sido reclamado pelo segmento. Nós estamos fazendo a discussão de áreas específicas para pequenas e microempresas, de programas tão importantes, embora com algumas dúvidas com relação ao Pró-DF, para as áreas já ocupadas. Não Pró-DF para pequenas e micro empresas em lugares distantes onde não tenha mercado e, sim, para áreas internas. Eu vejo os companheiros de Samambaia que possuem uma área extensa, enorme dentro de Samambaia que futuramente serão licitadas. Então, que possa haver um acordo do Governo do Distrito Federal no sentido de o atendimento ser lá dentro de Samambaia.

Ora, se nós estamos pensando em diversos programas, além do alvará, para atender a essas mais de 100 mil micro e pequenas empresas existentes no Distrito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

Federal, não é possível nós ficarmos parados por causa do alvará. O alvará é uma matéria que precisa de uma atenção especial, da participação do Ministério Público, do Poder Legislativo e do Executivo. Mas o alvará, companheiros e companheiras, é uma questão da organização de todo o setor produtivo.

Essa é a nossa mensagem, Deputado Chico Vigilante. Parabéns pela sua brilhante iniciativa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Distribuímos as fichas de inscrições. Eu até me surpreendi com o número. Eu pensei que todos tinham ficado tão satisfeitos com a explanação da Danielle – eu creio que ela falou por todos vocês – que aí só se inscreveram 9 pessoas. Mas o João disse que tinha pedido a inscrição e não foi contemplado. Então, concedo a palavra ao João do Violão.

SR. JOÃO DO VIOLÃO – Deputado Chico Vigilante, eu não queria sair daqui com a impressão de que a democracia não estava se estabelecendo nesta Casa. Eu gostaria de dar uma opinião: na próxima audiência pública, que o público fale antes que os Deputados. Eu gostaria que nossos amigos Deputados, que falaram muito bonito, que disseram que irão apoiar o projeto – isso é muito bonito, isso é muito gostoso, maravilhoso –, ouvissem também aquelas pessoas que falaram aqui e reivindicaram. Mas a sua atitude e a das pessoas que estão junto com você nesse projeto foram maravilhosas. Tudo isso é importantíssimo. Eu estou dizendo isso, Deputado Chico Vigilante, porque eu também moro em uma região em que sofremos todos os dias com a Agefis fechando o comércio do Paranoá.

O Paranoá é a segunda maior produtora de grãos do Distrito Federal. É uma cidade com 80 mil habitantes, e temos o Itapoã ao lado. Há um sofrimento muito grande naquela região, Dirsomar. O nosso povo sofre talvez até mais que o de outras regiões do Distrito Federal. Nós queremos ser ouvidos.

Eu até gostaria que V.Exa. sugerisse ao Governador do Distrito Federal que ele fosse democrático também, da mesma forma que V.Exa. está sendo. Eu andei por quatro vezes, de comércio em comércio, agarrado ao braço do Governador Agnelo, e o Paranoá está sendo esquecido pelo próprio Governo e pela própria Administração que hoje foi colocada pelo Governador, que fechou as porteiras e não senta com a associação comercial e com as demais entidades para discutir essa questão fundiária que nós sofremos no Paranoá hoje.

O Governo fala que é democrático. Eu ajudei a eleger este Governo e V.Exa. também. V.Exa. está sendo democrático. Alguns companheiros aqui também estão sendo democráticos. Infelizmente a minha visão hoje do Governador Agnelo pode mudar, mas não foi isso que S.Exa. disse para cada um dos nossos comerciantes — para o Sr. João, para o Sr. Manoel, para o Sr. Pedro. É o que está acontecendo hoje no Paranoá. O Administrador que representa o Governador não o está representando à altura. Se for preciso, vamos fechar aquela cidade em breve. As pessoas que o apoiaram estão revoltadas, porque ninguém ouve a sociedade do Paranoá.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	51

Eu acredito que a única oportunidade que eu tenho, Deputado Chico Vigilante, é esta, neste momento. Mas eu terei ainda um momento para falar com o Governador. Eu estou aqui falando do sentimento dos meus comerciantes que todo dia estão na associação comercial me questionando: "João, o Governador veio aqui e disse que iria resolver a questão dos nossos lotes, a questão das escrituras do Paranoá. Nós não podemos sequer pedir um empréstimo no banco, pois ninguém nos empresta nada." E fui eu, Deputado Chico Vigilante, que andei de comércio em comércio com o meu Governador.

Dirsomar, Secretários, nós não estamos sendo ouvidos naquela cidade. Vocês estão lá de porteira fechada. Aquelas pessoas, aqueles moradores estão revoltados com o nosso Governador. Vamos mudar essa situação em todo o Distrito Federal. V.Exa. está sendo democrático. Alguns companheiros estão sendo democráticos, mas a visão que nós estamos tendo no Paranoá não é a visão que nós queríamos ter hoje.

Eu parablenizo mais uma vez a Dra. Danielle, que nos representou muito bem aqui. Ela é uma lutadora. E eu estou falando aqui porque este é um fórum maravilhoso. Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante, por V.Exa. ter aberto esse debate. Talvez o meu nome não tenha chegado por incompetência de algumas pessoas, porque nós passamos o nome, mas talvez não o passaram a V.Exa.

Dirsomar, leve isso ao Governador, pois eu estou meio revoltado com S.Exa. Não estou gostando da atitude dele, não. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, João do Violão.

Pessoal, houve outro equívoco que foi a não inscrição do Chicão, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Samambaia. Vamos ouvir o Chicão e, por último, vamos ouvir o Moacir. Em seguida, iremos encerrar a sessão. Portanto, eu peço apenas mais 10 minutos para vocês.

SR. FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA (CHICÃO) – Boa noite, companheiro Deputado Chico Vigilante. Parabéns pela iniciativa! Boa noite a todos os Deputados presentes, aos Secretários de Estado, aos meus companheiros empresários e aos companheiros de Samambaia. Quero também parabenizar a Danielle por representar as associações comerciais.

Eu quero apenas fazer um pedido. Na nossa cidade de Samambaia, apenas 8% dos comerciantes têm Habite-se. Na realidade, o que nós estamos pedindo é isso. Eu tenho certeza de que vocês irão conseguir resolver esse problema, mas nós precisamos de uma solução urgente porque nós temos em torno de 6 mil empresas em Samambaia e apenas 8% delas têm Habite-se. Imaginem o tamanho do trabalho que a Agefis terá para fechar mais de 5 mil empresas em Samambaia. Na realidade, são 6 mil empresas, e só em torno de 8 a 10% possuem Habite-se. A realidade de Samambaia é esta e precisamos de uma solução urgente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	52

O Ministério Público pediu que os administradores enviassem uma carta com a relação de todas as empresas para as quais foram emitidos alvarás com o laudo técnico. Só que não veio um prazo para o administrador, e eu falei que não iríamos responder ao Ministério Público. Depois de 45 dias veio outra correspondência do Ministério Público solicitando a relação dos laudos técnicos que foram emitidos. Não havia prazo, então não mandamos de novo. Só que na última correspondência, eles pediram 15 dias para enviarmos essa relação. Assim, no 14º dia nós fomos obrigados a mandar a relação de 47 companheiros e empresários da Samambaia, pois já haviam sido emitidos os alvarás, e aí tivemos que fazer. Realmente, foi uma das últimas coisas que eu fiz na Administração. Fiquei muito chateado em ter de assinar aquela carta que enviei a vocês, porque era uma exigência do Ministério Público e eu não poderia deixar de cumprir.

Na realidade, queremos uma solução urgente. Quanto à Agefis, queremos inclusive parabenizá-los, porque eu tenho certeza de que eles estão fazendo o trabalho deles, mas sem querer fechar as empresas. Senão, eles já teriam fechado no Distrito Federal quase todas as empresas. Então, eu os parabenizo.

Outra coisa é o seguinte: o Moacir conhece o nosso problema em Samambaia, principalmente as madeiras que cresceram na cidade em lotes residenciais. E hoje realmente é difícil emitir alvará para essas empresas. Eu gostaria de pedir ao Secretário Dirsomar e também ao Deputado, principalmente na ADE, que os lotes fossem disponibilizados para essas empresas poderem crescer através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Esta é a única maneira de o empresário crescer, porque se for pela Terracap, ele realmente não consegue comprar um lote em Samambaia.

Este é o pedido que eu queria fazer: estudar uma maneira para que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e a das microempresas possam liberar os lotes para esses empresários. Estou falando dos lotes para as empresas de materiais de construção, mas a maioria dos empresários que cresceram precisa de lotes, e só por meio do Pró-DF eles conseguirão fazer isso.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Moacir, só um minuto, porque a Lúcia Otoni, Diretora da Associação dos Comerciantes da Asa Norte e da Asa Sul, gostaria de dar uma palavrinha.

Concedo a palavra à Sra. Lúcia Otoni.

SRA. LÚCIA OTONI – Eu quero parabenizá-lo, Deputado Chico Vigilante, por essa iniciativa, e também a nossa querida Danielle por suas palavras e pela nossa luta. Eu sou Diretora da Associação dos Comerciantes da Asa Norte e da Asa Sul e estamos sofrendo na pele — pois sou comerciante também — a questão dos alvarás e a dos puxadinhos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	53

O alvará é um problema sério em Brasília. A partir do momento em que se resolver o problema do alvará, o Plano Piloto ficará descoberto, por causa da questão dos puxadinhos. Temos uma Adin em que será julgada agora a questão ou não da inconstitucionalidade. Se for inconstitucional, nós precisaremos... Eu quis falar para contar com seu apoio na questão dos puxadinhos também, pois o Executivo precisa enviar à Câmara um projeto que venha nos respaldar. É um problema muito sério.

Na campanha do Agnelo — inclusive, tenho até aqui —, nós estávamos no Bonaparte, e ele assumiu o compromisso moral de que faria um fórum com a associação, com o Ministério Público, reunindo todos para que pudéssemos chegar a um consenso. Então, quero contar com seu apoio.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Lúcia.

Concedo a palavra ao Secretário José Moacir de Sousa Vieira. Ele tem uma grande vantagem porque é o primeiro empresário da cidade de Ceilândia, começou pequeno. Ele viveu todas as agruras do pequeno. Hoje é grande e está vivendo o problema dos grandes também. Chega a ser Secretário de Estado. É a primeira vez que temos um Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal que viveu todas as agruras que vocês estão vivendo. Portanto, não tenham dúvida de que ele é um grande parceiro.

Concedo a palavra ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, Sr. José Moacir de Sousa Vieira.

SR. JOSÉ MOACIR DE SOUSA VIEIRA – Meu cordial boa-noite a todos. Amigos empresários, nesses dois meses e poucos dias à frente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, debatemos e enfrentamos esse problema da segurança jurídica das leis. Isso tem trazido um grande transtorno e prejuízo ao Distrito Federal. Só a título de exemplo, no segmento de atacadista, no ano de 2009, o Distrito Federal teve a mesma arrecadação que o estado de Goiás. Logo depois, foi questionada a legalidade da lei do REA, e no ano de 2010 nós perdemos para Goiás quinhentos milhões de reais em arrecadação.

Então, muito temos sofrido com a segurança jurídica. Muitas empresas têm procurado o Distrito Federal, mas, como Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, a minha missão número um é gerar competitividade para as empresas do Distrito Federal. Temos de ter condições de concorrer de igual para igual com qualquer empresa de outros estados da federação. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal tem estado de portas abertas. Temos debatido com as federações. Na próxima semana teremos um encontro com todas as associações comerciais do Distrito Federal e elas serão nossas parceiras para estarmos próximos das cidades de Brasília.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	54

O Governador, logo após esse encontro que teremos com as associações comerciais do Distrito Federal, já me autorizou a fazer uma reunião, um almoço com todos os presidentes das associações comerciais e vocês poderão levar-lhes essas sugestões. Logo em seguida, conversaremos individualmente na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico com todas as associações de cada cidade para ouvirmos as reivindicações.

Coloco a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal à disposição dos empresários. Eu também sou empresário e tenho sofrido muito com isso. Fico até envergonhado, pois como parte do Governo do Distrito Federal tenho empresa em outras cidades, de poder aquisitivo menor, de uma renda menor, como Águas Lindas de Goiás. Lá a minha empresa não tem nenhuma dificuldade com alvará de funcionamento. Aqui no Distrito Federal vemos o sofrimento que temos com isso. Eu e o companheiro Dirsomar, Secretário da Secretaria da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, temos trabalhado juntos. Podem contar com o apoio do Governo, que está aqui para apoiar o empreendedor, aqueles que querem gerar emprego no Distrito Federal.

Quebramos esse paradigma da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, que no passado estava focada só em lote, em Pró-DF. Não. Vamos continuar tratando desse assunto, mas vamos tratar do desenvolvimento econômico do Distrito Federal como um todo, com a participação do setor produtivo.

Muito obrigado e boa noite.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Antes de encerrar, eu queria dizer que eu sou sindicalista. Eu já fiz muita greve nesta cidade. E não sou de deixar as coisas pelo meio. Gosto de pegar e levar até o fim.

Durante a campanha eleitoral, andando com Agnelo por aí, vi que havia duas pragas — se é que posso chamar assim — que afligiam demais os empresários desta cidade. Uma era a questão dos alvarás. Precisamos resolver esse problema para dar tranquilidade a vocês. A outra, que acho da maior gravidade, e fiz um compromisso de que acabaremos com ela no Distrito Federal, era a questão da propina. O que mais ouvi foram comerciantes, empresários, trabalhadores, dizendo: “Tive que pagar propina para o alvará tal. Tive que pagar propina para o lote tal do Pró-DF”. E eu disse para Agnelo: “Se o nosso Governo não fizer nada e a gente acabar com a propina, já vamos fazer com que o Distrito Federal ande muito”.

Então, tenho em mente acabar com isso. Quero dedicar todos os meus esforços para acabar com isso, porque acho que o empresário, que corre risco, monta um negócio, gera emprego, tem de ser tratado com carinho pelo Estado; ele não pode ser achacado. Não tem coisa pior do que achacar aquele que a única coisa que quer é produzir, é gerar emprego.

A situação, companheiro Chico Machado, do empresário no Distrito Federal em alguns casos, e por que não dizer da maioria, é pior do que a do empregado. O



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	55

empregado que tem a carteira assinada, no final do mês, saia de onde sair, recebe o pagamento, nem que você tenha de se endividar no banco — e a gente sabe da dificuldade também —, mas você paga para ele. E vocês, que muitas vezes têm o nome e a pompa de empresário, mas ficam muitas vezes meses a fio sem poder fazer uma retirada? Portanto, estão vivendo uma situação pior do que a do empregado.

A gente precisa fazer com que o setor econômico se desenvolva cada vez mais. Sempre digo que empresa não é instituição de caridade, mas tem um trabalho social. Ela tem que ter lucro, mas o lucro também tem que estar voltado para o desenvolvimento do ser humano, dos funcionários de vocês. Creio que a maioria de vocês estão focados nisso. Fico imaginando a satisfação de uma mulher que constitui uma empresa e, de repente, vê ali 3, 4, 5, 6, 10 famílias que dependem daquela empresa para viver. Fico imaginando a satisfação de você saber que 10 famílias dependem dessa empresa para viver e você as está mantendo com toda a dignidade. Não vamos ficar só no discurso, vamos à prática até o fim, até resolver esse problema.

Quero aqui ao final fazer uma proposta ao companheiro Chico Machado e aos Secretários que estão aqui, o Moacir e o Dirsomar. O Deputado e Secretário Paulo Tadeu falou aqui da constituição de um grupo de trabalho formado pelo Executivo e pelo Legislativo. Quero solicitar a vocês que levem essa proposta ao Governador Agnelo Queiroz. Acho que mais importante do que a participação do Executivo e do Legislativo é a participação de vocês.

Portanto, peçam ao Executivo, e esse é um pedido da Câmara Legislativa, creio que estou falando em nome de todos os Deputados que passaram por aqui, que, ao constituir esse grupo de trabalho — é um pedido nosso e vamos fazê-lo em forma de indicação; amanhã já peço a nossa assessoria que elabore a indicação —, insiram o setor econômico e o setor produtivo. Queremos esses setores participando desse núcleo de trabalho. Quando o setor produtivo participa, a gente já tem certeza absoluta de que vai dar certo.

Os técnicos são importantes, são fundamentais; os políticos são importantes, mas quem vive o problema no dia a dia dá lição em qualquer um de nós. São vocês que vivem o problema, são vocês que sentem o problema, ainda mais vocês que são dirigentes de entidades. Fico imaginando você, Danielle. Vocês mulheres têm jornada dupla. Você tem jornada tripla, porque tem que cuidar da empresa, para que ela não abra falência e você deixe de ser empresária, tem que cuidar da família e ainda tem que cuidar de uma entidade que luta por direitos, e você individualmente não está recebendo nada por isso. É por isso que a admiro ainda mais. Eu sou do setor organizado, sou sindicalista, sei da importância de se organizar uma categoria, e acho muito importante essa organização.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	56

O Moacir tem me falado sobre a realização de reuniões nas cidades, e o tenho encorajado. Acho importante a participação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, da Secretaria da Pequena e Média Empresa e creio da Agefis. É importante fazer reunião em todas as cidades, promovida pelo setor produtivo, pelas associações comerciais das cidades. No dia, sugiro convidar o BRB também. Estamos com uma nova direção no BRB, uma direção voltada efetivamente para o desenvolvimento. Vamos levar o BRB junto! Quem sabe não vamos conseguir mais apoio ainda?

Portanto, eu queria agradecer a presença de vocês na tarde de hoje e dizer que estamos comprando essa briga. Não vamos ficar só nesta discussão. Se há uma coisa que sou é um cobrador. Quero que o governo do qual participo – tenho orgulho disso – resolva efetivamente os problemas do Distrito Federal. Nós nos comprometemos com vocês, com a sociedade, e queremos resgatar, um por um, esses compromissos. Não quero saber de que partido o empresário é nem em quem ele votou ou deixou de votar. Quero trabalhar, para dar a ele liberdade, a fim de que, no futuro, esse empresário possa agir de maneira soberana.

Hoje, chego à conclusão de que isso só se arrastou assim, para que as pessoas ficassem dependentes do Estado, dependentes de favor de governante. Queremos a legalidade exatamente para vocês não dependerem de favor de quem quer que seja. Vocês são cidadãos honestos, pagadores de impostos. O Estado não vive sem vocês, portanto vocês têm que ser tratados como clientes do Estado e não como subordinados. As eleições passaram, e nós queremos, agora, dar solução para os problemas existentes no Distrito Federal.

Agradeço a presença dos Parlamentares, das autoridades do Governo, da sociedade, dos líderes do setor comercial, empresarial e industrial do Distrito Federal, que contribuíram de modo relevante para o sucesso deste evento. Muitas pessoas ficaram temerosas, em dúvida se esta comissão geral aconteceria, por ser em uma quinta-feira depois do Carnaval. Vimos que aconteceu, que foi sucesso absoluto e que vocês estão interessados em que encontremos uma saída digna e correta.

Vou sugerir novamente ao Governador Agnelo Queiroz que, pessoalmente, procure o Ministério Público. Acho até que o Governador deve ir acompanhado de uma comitiva de empresários. Defendo – eu disse isto agora ao Procurador do Distrito Federal – que o Governador Agnelo Queiroz lidere esse processo. Ele tem que procurar o Tribunal de Justiça também. O Tribunal de Justiça precisa, por intermédio do seu Presidente, saber que existe um problema grave. O Supremo tem legislado, não tem? O Tribunal Superior Eleitoral tem legislado, não tem? Portanto, é preciso que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal, pelos seus Desembargadores, esteja sintonizado.

Nessa história dos puxadinhos, Danielle, fico imaginando quantos Desembargadores já almoçaram e já jantaram em restaurantes que têm um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 03 2011	15h	16ª SESSÃO ORDINÁRIA	57

puxadinho. Quantos já compraram em uma loja que tem um puxadinho? Que mal esse puxadinho faz para a sociedade? Em vez de derrubar, o que vai ficar muito mais caro, com as ações demolitórias espetaculosas que são feitas, por que não cumprir a lei cobrando aquela taxa de ocupação que tem de ser paga?

Eu me recordo de que, na época do governo do Professor Cristovam Buarque, havia uma determinação judicial para derrubar o Tatico do centro da Ceilândia. Eu não tinha contato nenhum com o Tatico, nunca havia conversado com ele. Mas cheguei para o Professor Cristovam Buarque e falei: "Cristovam, eu moro na Ceilândia e vou comprar no Tatico. Nunca conversei com o Tatico; o mercado é sujo, mas vende barato. Ele é um regulador de preço na Ceilândia." Falei que, na hora em que ele fosse retirado, a comunidade iria sofrer, porque os preços aumentariam. Sugeri que, em vez de derrubar o Tatico, o Governo cobrasse dele a área invadida, até que fosse licitado um lugar para ele se estabelecer. Ele pagaria pela metragem, portanto, pagaria muito. Quando mediram e viram quanto ele iria pagar, o Tatico ainda veio nos agradecer. Eu me lembro das palavras dele: "Governador, quero lhe agradecer, porque agora estou pagando, com um recibo, que vai para o banco, vai para o Tesouro, e foi muito melhor do que o que eles ficavam fazendo aqui, que era me pedir, toda semana, uma carreta de mercadorias, dizendo que era para as ações sociais da primeira-dama. Prefiro pagar agora – o Estado está recebendo – do que toda semana eu ter que dar uma carreta de mercadorias".

Portanto, acho que é isso que tem de ser feito! É assim que temos de trilhar a legalidade no Distrito Federal.

Muito obrigado a todos e a todas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente comissão geral.

(Levanta-se a sessão às 18h56min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa*
nº 64-Suplemento, de 7/4/2011